

A Política Externa Portuguesa para o Atlântico Sul: Os Casos do Brasil e de Angola

Ana do Carmo Gil Monteiro

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

Abril, 2020

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica do Professor Daniel Marcos e do Professor António Paulo Duarte.

Aos meus avós

Ana, António, Maria do Carmo e Armando

AGRADECIMENTOS

A realização deste relatório não poderia ter ocorrido sem o apoio de várias pessoas tão importantes na minha vida. Assim, quero deixar aqui o meu agradecimento a todas elas.

À minha mãe e ao meu pai quero agradecer o apoio incondicional e a paciência infinita que demonstraram durante estes últimos anos da minha vida acadêmica.

Ao meu irmão agradeço a boa disposição, as brincadeiras e tolices que fazemos juntos, que me alegram todos os dias e que me ajudaram a ultrapassar os mais difíceis.

Aos meus avós agradeço o incrível apoio que me têm dado ao longo da minha vida, a paciência em aturar o meu feitio teimoso e o incentivo que sempre me deram para seguir os meus sonhos e o meu coração.

Aos meus padrinhos e aos meus primos quero agradecer a força que sempre me deram, as brincadeiras e o bom humor com que sempre me deixam quando estamos juntos.

Resta-me agradecer também aos meus orientadores – o Professor Daniel Marcos e o Professor António Paulo Duarte, pelas sugestões e orientações, e pelo apoio às minhas ideias durante a realização deste relatório.

Quero ainda deixar uma palavra de agradecimento aos meus colegas de estágio – a Cristiana, a Matilde, a Liliana e o Pedro – com quem tive a oportunidade de partilhar momentos divertidos e várias sugestões para os nossos relatórios, ao longo da nossa “estadia” no IDN.

E claro, agradecer a todos os funcionários do IDN pela simpatia e amabilidade com que me receberam durante os seis meses do meu estágio.

A Política Externa Portuguesa para o Atlântico Sul: Os Casos do Brasil e de Angola.

The Portuguese Foreign Policy for the South Atlantic: The Cases of Brazil and Angola.

RESUMO

A crescente importância do Atlântico Sul justifica o interesse que alguns países do Norte do oceano têm vindo a demonstrar em relação ao mesmo. Portugal é um desses países, que para além da sua posição geográfica privilegiada, tem também uma boa relação com alguns dos países do Sul. É o caso do Brasil e de Angola. Posto isto, a presente investigação tem como grande objetivo apresentar quais as principais linhas de política externa de Portugal para com o Brasil e Angola, evidenciando também o papel que o Instituto da Defesa Nacional tem na produção de conhecimento relativa a esta matéria. O relatório divide-se em três capítulos, em que o primeiro descreve a definição e a caracterização de política externa no geral, e da política externa portuguesa em particular; o segundo capítulo expõe qual a ligação de Portugal com o Brasil e com Angola, bem como qual a forma como faz política externa para com esses países; e, por fim, o terceiro capítulo contém informação acerca da instituição de estágio – o Instituto da Defesa Nacional –, da forma como essa contribui para a discussão do tema, bem como da descrição do estágio realizado na mesma.

Palavras-chave: Política Externa; Portugal; Atlântico Sul; Brasil; Angola; Instituto da Defesa Nacional

ABSTRACT

The increasing importance of the South Atlantic justifies the interest of some countries from the North of the ocean in the region. Portugal is one of those countries, which, besides its privileged geographical position, also has a good relationship with some of the countries from the South. It is the case of Brazil and Angola. This being said, this investigation's key goal is to present the main lines of the Portuguese foreign policy toward Brazil and Angola, putting in evidence the role that the National Defense Institute has in the production of knowledge for this field of study. This report is divided in three chapters, in which the first one describes the definition and the characterization of foreign policy in general, and of Portuguese foreign policy in particular; the second chapter exposes the connection between Portugal and Brazil, and Angola, as well as the way Portugal engages with those in terms of foreign policy; and, at last, the third chapter contains information about the institution where the internship was taken – the National Defense Institute –, about how this institution contributes for the discussion of this investigation's theme, as well as about the description of the internship.

Keywords: Foreign Policy; Portugal; South Atlantic; Brazil; Angola; National Defense Institute

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: Enquadramento teórico-metodológico – A Política Externa.....	3
1.1. O que é a política externa?.....	3
1.2. Modelos de política externa.....	7
1.3. Fatores que influenciam a tomada de decisão em política externa.....	11
1.4. A política externa portuguesa.....	14
CAPÍTULO 2: Qual a dinâmica da Política Externa de Portugal no Atlântico Sul?	21
2.1. O sistema internacional atual.....	21
a) O Atlântico, um oceano de possibilidades	22
2.2. Ações de política externa de Portugal no Atlântico Sul.....	25
a) A ligação de Portugal com o Brasil	27
b) A ligação de Portugal com Angola.....	31
c) Análise da política externa de Portugal para o Brasil e Angola	35
CAPÍTULO 3: O estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional.....	39
3.1. História e missão.....	39
3.2. Estrutura atual.....	40
3.3. Atividades desenvolvidas durante o período de estágio	42
3.4. Contributos do Instituto da Defesa Nacional para a produção de conhecimento acerca do Atlântico Sul.....	43

3.5. Avaliação do estágio e sugestões.....	47
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
ANEXOS.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Atlântico Norte e Atlântico Sul.....	25
Figura 2 - Número de militares treinados por Portugal nos países lusófonos do Atlântico Sul (2003-2010).....	34
Figura 3 - Organograma do Instituto da Defesa Nacional.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS

CDNATO	Colégio de Defesa da NATO
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
IAEDN	Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional
IDN	Instituto da Defesa Nacional
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organisation</i> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RI	Relações Internacionais
SDN	Sociedade das Nações
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio tem como tema principal a análise de política externa portuguesa para o Atlântico Sul, em particular, para o Brasil e Angola. As razões que levaram à escolha deste tema prendem-se com a pertinência do mesmo na atualidade, pois atravessamos um período em que o Atlântico Sul tem vindo a ganhar importância, nomeadamente em termos energéticos, e em que Portugal deve pensar verdadeiramente no reforço da sua conexão ao mesmo. Além disso, a inspiração para a realização de um relatório sobre este tema vem de uma palestra à qual foi possível assistir no Instituto da Defesa Nacional, instituição onde se realizou o estágio curricular, subordinada ao tema “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”.

Portugal é um país de pequena dimensão, com toda a sua linha de costa voltada para o Oceano Atlântico. A posição de Portugal no mundo resulta da “conjunção entre os valores, os interesses, a geografia e a história” (CEDN, 2013: 26). Podemos, então, afirmar que a forma como Portugal faz política externa baseia-se nos seus valores democráticos e na sua identidade cultural, e também na sua localização geográfica e na sua longa história, que lhe conferem uma “vocação universalista” (CEDN, 2013: 26; Sá, 2015). Assim sendo, é inegável a ligação que Portugal tem com o mar. O Oceano Atlântico é para Portugal não só uma fonte de importantes recursos, como também uma forma de se afirmar internacionalmente (Fernandes, M., 2014: 125). Se o Atlântico Norte é importante por razões óbvias como a proximidade e o facto de o país pertencer à NATO, o Atlântico Sul não lhe fica atrás. Esta é uma zona de especial interesse para Portugal, que integra países que lhe são bastante próximos por motivos históricos, culturais e linguísticos – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Posto isto, torna-se relevante estudar a forma como Portugal atua, em termos de política externa, nesta região, particularmente em relação ao Brasil e a Angola. As razões para o foco nestes dois países prendem-se com o facto de serem os maiores países de língua portuguesa e de apresentarem, nos dias que correm, um alto nível de crescimento económico.

Este relatório resulta de uma investigação levada a cabo nos seis meses de estágio no Instituto da Defesa Nacional, onde foi possível contactar um pouco com a

realidade do trabalho em Relações Internacionais. Como já foi referido, a investigação aqui apresentada tem por base tanto a inspiração numa palestra que ocorreu no Instituto, na qual foi possível ajudar à sua preparação, assim como a consulta de várias publicações do Instituto da Defesa Nacional, às quais foi possível aceder durante o estágio.

O relatório está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo – de enquadramento teórico-metodológico – trata da definição de política externa e da descrição da política externa portuguesa. As questões às quais se pretende responder são as seguintes: “O que é a política externa?”, “Como se faz política externa em Portugal?”.

O segundo capítulo destina-se ao estudo da análise de política externa de Portugal para com o Atlântico Sul, em particular para o Brasil e Angola. O capítulo começa com uma análise ao sistema internacional atual. Posteriormente, será dada resposta a perguntas como: “Como se caracteriza a ligação de Portugal com o Brasil?”, “Como se caracteriza a ligação de Portugal com Angola?”, “Quais as dinâmicas de política externa portuguesa para com o Brasil e Angola?”, sendo que podemos considerar esta última pergunta como a pergunta de partida da presente investigação.

Por último, no terceiro capítulo faz-se a descrição do Instituto da Defesa Nacional, da sua história, missão e estrutura atual, bem como a descrição do estágio e das atividades realizadas durante o mesmo. O capítulo integra também um ponto sobre quais os contributos do Instituto da Defesa Nacional para a produção de conhecimento sobre o tema do relatório, algo que é importante destacar. Por fim, faz-se uma análise e avaliação daquilo que foi o estágio, dando-se de seguida algumas sugestões para o futuro.

CAPÍTULO 1: Enquadramento teórico-metodológico – A Política Externa

1.1. O que é a política externa?

Definir política externa não é uma tarefa fácil. Há, na disciplina das Relações Internacionais, uma multiplicidade de definições de política externa. Neste início do capítulo teórico-metodológico do presente relatório pretende-se formular uma definição geral de política externa, bem como apresentar as suas teorias e modelos de análise, de forma a introduzir o tema.

Posto isto, e após a consulta de várias publicações, podemos definir política externa como o conjunto de instrumentos, ações e estratégias que um Estado utiliza para promover os seus interesses no sistema internacional, tal como indicam Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2015: 15). Estes autores acrescentam, ainda, que a forma como os Estados fazem política externa pode depender de vários fatores, tanto objetivos – como a localização geográfica, a população, as capacidades militar, económica e tecnológica –, como subjetivos – a identidade, os valores e as perceções dos decisores políticos (Freire e Vinha, 2015: 22). Esta ideia será explorada mais adiante. Na obra editada por Smith, Hadfield e Dunne (2008), Valerie Hudson demonstrou que política externa é a “estratégia ou abordagem escolhida pelos governos nacionais para alcançar os seus objetivos nas relações com atores externos. Isto inclui a decisão de não atuar, ou não fazer nada” (Hudson, 2008: 12). Laura Neack, na sua publicação *New Foreign Policy: Power Seeking in a Globalized Era* (2008), apresenta-nos múltiplas definições baseadas em autores como Charles Hermann, Bruce Russett, Harvey Starr e David Kinsella, ou ainda Deborah Gerner. Agregando todas elas, podemos retirar que política externa é um conjunto de decisões políticas que definem e guiam o comportamento dos Estados, e não só, de forma a que esses concretizem os seus objetivos no plano internacional. O estudo de política externa deve “explorar os fatores que levam um Estado a (...) embarcar num determinado curso de política externa” (Neack, 2008: 9). Para finalizar, temos ainda a definição de Christopher Hill, que nos diz que a política externa é a “soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (normalmente, mas não exclusivamente, um Estado) nas relações internacionais” (Hill, 2016: 4).

Assim, e em jeito de resumo, podemos definir política externa como o conjunto de ações que um determinado ator toma no sistema internacional, que definem o seu comportamento no mesmo, de forma a concretizar os seus objetivos externos. Convém ainda referir que o campo de análise em política externa é “uma disciplina das Relações Internacionais que procura explicar a política externa, com referência ao campo teórico dos decisores humanos, que atuam sozinhos ou em grupo” (Hudson, 2008: 12).

O estudo da política externa foi evoluindo ao longo do tempo. Essa evolução foi trazendo novas dinâmicas e conceitos para a disciplina. No início do estudo da mesma – por volta dos anos 50 do século XX – acreditava-se que apenas os Estados faziam política externa. Com o passar do tempo, verificou-se que afinal também as organizações internacionais, as ONG, as empresas multinacionais e até as religiões têm agendas de política externa. A acrescentar a isto, a partir do fim da Guerra Fria, foi ainda introduzida na disciplina a ideia de que aquilo que rodeia os decisores, como por exemplo as suas características psicológicas, pode ter influência na tomada de decisão em política externa. Ou seja, foi introduzida uma dimensão psicológica e social na disciplina (Freire e Vinha, 2015: 17-19; Hudson, 2008: 13-14). Há, também, um certo debate que marca o estudo da política externa – o debate agente/estrutura. Este consiste na oposição entre os que defendem que são os agentes ou atores do sistema internacional que definem o que está na sua agenda de política externa, e os que defendem que essa agenda é definida pela própria estrutura internacional (Freire e Vinha, 2015: 16).

O estudo de política externa deriva, como já vimos, da disciplina das Relações Internacionais e como tal, as teorias das RI ajudam a explicar a política externa dos vários atores no sistema internacional. Como nos diz Laura Neack,

“When analysts apply their theories about the world to the study of particular aspects of foreign policy – such as why countries form alliances, why countries enter into trade agreements, why countries ban land mines or why they don’t – they offer something of use to policy makers”¹
(Neack, 2008: 13).

Assim sendo, passamos agora à análise das três grandes teorias das relações internacionais – realismo, liberalismo e construtivismo – aplicadas à política externa.

¹ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

O realismo parte de uma visão pessimista da natureza humana e essa visão serve de base para a sua compreensão sobre os Estados e os seus comportamentos. Tal como os humanos, também os Estados são vistos como “egoístas”, que procuram constantemente maximizar o seu poder e, acima de tudo, manter a sua soberania no plano internacional (Neack, 2008: 14). Os Estados, segundo o realismo, são o ator unitário do sistema internacional (Wohlforth, 2008: 32-34), sendo que as “organizações internacionais e os atores não-governamentais são apenas importantes como instrumentos dos Estados para estes prosseguirem os seus interesses nacionais” (Neack, 2008: 15). Os realistas acreditam ainda que o sistema internacional é anárquico, já que não há nenhuma autoridade acima dos Estados (Wohlforth, 2008: 32-34). Dada esta condição de anarquia, o sistema internacional acaba por ser extremamente conflituoso, uma vez que todos os Estados se comportam no sentido de se auto-protegerem, maximizando o seu poder, para assegurar a sua soberania. Os neorealistas dão mais ênfase a este aspeto, definindo-o como condição principal que ajuda a explicar a política mundial (Neack, 2008: 14). Como afirma William Wohlforth (2008: 35), dentro do neorealismo encontramos os realistas defensivos, que defendem que a probabilidade de ocorrer uma guerra é atenuada pois os Estados podem reforçar-se sem ameaçar os outros; e os realistas ofensivos, que defendem precisamente o contrário – os Estados nunca podem confiar uns nos outros, existindo uma desconfiança constante e, portanto, uma procura de reforço constante, o que leva a que o clima de guerra seja, também ele, constante. Já o realismo neoclássico procura saber qual a melhor abordagem realista para determinada situação (Wohlforth, 2008: 35-36). À luz do realismo, a realidade internacional é, então, “um jogo de soma-zero onde os ganhos de um Estado representam as perdas dos restantes” (Neack, 2008: 15). O fenómeno da globalização é encarado com alguma desconfiança por parte dos realistas, já que coloca em desafio real à autonomia/soberania de um Estado, pois cria interdependências entre esses (Neack, 2008: 15).

Dentro do realismo há algumas “sub-teorias” que nos podem ajudar a perceber melhor a política externa. É o caso da teoria da balança de poderes, que afirma que os Estados, de forma a enfrentar os perigos do sistema internacional, vão constituindo capacidades ou formando alianças para se enfrentarem uns aos outros. Ou a teoria da

hegemonia estável, que defende que os Estados mais poderosos procuram sempre a hegemonia no sistema internacional, competindo entre si para a conquistar. Ou ainda a teoria da transição de poder, que tenta perceber como se chega até à guerra, defendendo que quanto mais poderosos os Estados emergentes se tornam, mais probabilidade há de haver conflito, visto que as grandes potências se vão ver ameaçadas por esses (Wohlforth, 2008: 36-37).

Passemos, agora, à análise de outra grande teoria das RI – o liberalismo. Esta teoria, ao contrário do realismo, parte de uma visão mais positiva da natureza humana. Os liberalistas assumem que os humanos coexistem em conjunto e, por isso, conseguem alcançar aquilo que não conseguiriam sozinhos. Além disso, valorizam a sua autodeterminação, respeitando também a dos outros (Neack, 2008: 15). Assim, também a sociedade internacional é baseada nos princípios da autodeterminação e respeito pelos direitos dos outros, em prol do bem comum. As relações internacionais são, então, caracterizadas pela harmonia entre os vários atores do sistema internacional. É por isto que o liberalismo é muitas vezes chamado de idealismo (Neack, 2008: 15). O liberalismo contribui para a análise de política externa na medida em que destaca o indivíduo, as suas ideias, e as forças sociais como fatores que influenciam as relações externas de um Estado (Doyle, 2008: 50). Para além disso, vê a política externa como o produto da “interação de múltiplos atores que prosseguem múltiplos objetivos, usando diferentes tipos de recursos e métodos (tais como o *bargaining*, ou a formação de coligações (...))” (Neack, 2008: 16). O liberalismo está, também, assente na ideia kantiana da paz democrática, que defende que a ocorrência de guerras é pouco provável entre democracias liberais. Uma política externa liberal deve procurar preservar uma “união pacífica” dos países liberais, como é o caso da NATO (Doyle, 2008: 59-61). O liberalismo contém ainda um preceito económico muito baseado na ideia da paz democrática apresentada acima. Segundo os liberalistas, os Estados são menos suscetíveis de entrar em conflito uns com os outros quando praticam o comércio livre entre si – “the more the people trade, the greater the ties that bind them together”² (Neack, 2008: 16). As interdependências e os ganhos mútuos que os países vão tendo, vão fazer com que os

² Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

conflitos violentos sejam cada vez menos prováveis. Isto porque todos os Estados vão beneficiar dessa condição de interdependência (Neack, 2008: 16).

Por último, temos a teoria construtivista, que para uns autores é uma das lentes com que podemos ler a realidade internacional, tal como o realismo e o liberalismo, mas que para outros não o é. Laura Neack é um desses casos quando define que o construtivismo não é uma teoria *per se*, mas sim uma “ferramenta” para compreender as outras teorias (Neack, 2008: 19). Ainda assim, define o construtivismo como algo que acredita que a realidade é socialmente construída pelas perceções que temos dela. Ou seja, “a sociedade projeta uma certa perceção da realidade para o mundo – tal como a realidade da anarquia – e é a partir disso que as identidades e comportamentos se constroem” (Neack, 2008: 19). Isto relembra-nos da famosa frase de Alexander Wendt: “A anarquia é o que os Estados fazem dela” (1992). Os que defendem que o construtivismo é, de facto, uma teoria dizem-nos que “é o contexto social que dá significado às capacidades” dos Estados. Além disso, defendem que os decisores de política externa constroem as situações de acordo com os seus processos cognitivos, demonstrando que o domínio do psicológico e do social interferem no processo de tomada de decisão em política externa (Checkel, 2008: 73-74). É por isso que os construtivistas dão tanta importância à “linguagem, às ideias e aos valores” (Hill, 2016: 11). Christopher Hill indica que esta é uma teoria que dá valor à visão da política externa através da cultura e das ideias. Isso é tão ou mais importante que ver a política externa através dos recursos e do poder (Hill, 2016: 12). Em conclusão, os construtivistas estudam como os interesses dos atores de política externa são socialmente construídos, e preocupam-se com a linguagem usada pelos mesmos e como essa influencia as decisões (Checkel, 2008: 77-78).

1.2. Modelos de política externa

Agora que conhecemos as teorias das RI e a forma como estas nos ajudam a perceber a política externa, é tempo de perceber como funcionam os vários modelos de análise de política externa.

Aproximando-se do realismo temos o modelo dos atores racionais que “ignora as características do indivíduo a favor do estudo dos líderes nacionais que prosseguem os interesses nacionais” (Neack, 2008: 29-31). É, por isso, um modelo que defende que a política externa se baseia nos interesses nacionais, onde se pretende a maximização dos objetivos, através de um processo racional (Freire e Vinha, 2015: 24). Este modelo vê os Estados como ator único do sistema internacional (Freire e Vinha, 2015: 25), sendo que “as decisões tomadas pelos líderes do Estado são as decisões do Estado” (Neack, 2008: 31). Hans Morgenthau foi um dos grandes teorizadores deste modelo. Note-se a seguinte citação:

*“We assume that statesmen think and act in terms of interest defined as power. (...) The concept of national interest defined as power imposes intellectual discipline upon the observer, infuses rational order into the subject matter of politics, and thus makes the theoretical understanding of politics possible. On the side of the actor, it provides for rational discipline in action and creates [an] astounding continuity in foreign policy (...)”*³ (Morgenthau, 1993: 5, citado em Neack, 2008: 31-32).

Ou seja, “na promoção e proteção dos interesses nacionais os líderes operam como atores racionais” (Neack, 2008: 33-34), e o seu processo de tomada de decisão inicia-se com o reconhecimento e definição do problema, seguindo-se a seleção de objetivos, a identificação de alternativas, a escolha entre essas e, por fim, a seleção racional da melhor alternativa (Freire e Vinha, 2015: 24). Mas nem sempre os atores têm toda a informação de que necessitam para tomar uma decisão. Quando isso acontece, tomam a melhor decisão que podem, ou a que satisfaça os mínimos requeridos. Isto significa que o modelo racional não requer que se saiba toda a informação, mas que se maximize tudo o que se sabe para obter a melhor decisão possível (Neack, 2008: 34). A racionalidade não é apenas condicionada pela quantidade de informação disponível, mas também pelo ambiente internacional. Os realistas assumem que os Estados atuam em anarquia e por isso só confiam em si próprios para se protegerem. Tendo em conta que todos os Estados se comportarem da mesma maneira, o conflito é uma marca do sistema internacional. Assim, “o ator racional vai

³ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

querer prosseguir ganhos a curto-prazo através de uma política externa arriscada, de forma a assegurar objetivos e mais poder a longo-prazo” (Neack, 2008: 35).

Outro modelo é o modelo dos líderes. Laura Neack cita Margaret Hermann e Joe Hagan sobre esta temática:

*“Leaders define states’ international and domestic constraints. Based on their perceptions and interpretations, they build expectations, plan strategies, and urge actions (...). Such perceptions help frame governments’ orientations to international affairs. Leaders’ interpretations arise out of their experiences, goals, beliefs about the world, and sensitivity to the political context”*⁴
(Hermann e Hagan, 1988: 126, citado em Neack, 2008: 49).

Aqui vemos a importância que a dimensão psicológica adquire no estudo da política externa. Os líderes agem sob “constrangimentos políticos, psicológicos e circunstanciais” (Freire e Vinha, 2015: 35-36). As personalidades de cada um deles têm uma “influência significativa” na política externa do país que lideram (Hill, 2016: 65). Mark Weber introduziu o conceito de “carisma” para se referir à forma como estes líderes se comportam perante determinadas situações e à forma como são admirados pelas massas (Hill, 2016: 71). A admiração e aceitação pela opinião pública no geral é altamente importante, já que confere legitimidade aos referidos líderes, sejam eles primeiros-ministros, presidentes, ministros dos negócios estrangeiros ou CEO de uma empresa (Freire e Vinha, 2015:36; Hill, 2016: 60-61). O “conjunto de crenças” que um indivíduo possui ajuda-o a compreender o mundo à sua volta, logo isso é algo que vai condicionar a ação dos líderes, juntamente com as suas experiências sociais e os seus traços de personalidade (Neack, 2008: 54-63). Os líderes, ou decisores políticos, vão criar imagens relativamente aos outros, que, como já vimos, serão afetadas pela sua “bagagem cultural e política”, mas também psicológica. As “imagens” são perceções que os ajudam a olhar para o mundo e a criar as suas interpretações (Hill, 2016: 73).

Também são estes fatores que nos ajudam a distinguir um líder mais agressivo de um mais “conciliador”. O líder agressivo necessita de manipular e controlar os outros, não têm muita paciência para avaliar muitas alternativas, suspeita muito dos seus colegas no plano internacional e só pensa em prosseguir os interesses nacionais de

⁴ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

manutenção da sua soberania. Já o líder “conciliador” é mais moderado. Prefere manter uma relação de amizade com os seus vizinhos e analisa as mais variadas alternativas de ação. Não suspeita muito dos outros nem tem uma preocupação desmedida em manter a soberania nacional no plano internacional. Este líder aplica uma política externa mais “participativa” (Neack, 2008: 63). Em última análise, podemos afirmar que o líder mais agressivo prossegue uma política externa mais realista, enquanto o líder mais “conciliador” procura seguir uma política externa mais liberalista.

Outro modelo de análise da política externa é o modelo dos pequenos grupos (Freire e Vinha, 2015: 32-34). O estudo deste modelo torna-se particularmente importante, uma vez que “a maioria das decisões relacionadas com a política externa são tomadas por pequenos grupos” (Dorani, 2019). Um pequeno grupo é uma “unidade de decisão”. Uma “unidade de decisão” é, por sua vez, é uma autoridade que toma as decisões. Estas unidades podem ser compostas por um líder, como vimos no modelo anterior, ou por um pequeno grupo de decisores. O estudo destas unidades de decisão ajuda-nos a conhecer melhor as dinâmicas e processos de tomada de decisão (Neack, 2008: 67). Desta forma, um pequeno grupo é um conjunto de dois ou mais indivíduos – podendo mesmo ser um parlamento inteiro – que coletivamente toma uma decisão (Neack, 2008: 67-69). Estes grupos apresentam características comuns – valores, crenças e atitudes comuns aos membros que os constituem (Freire e Vinha, 2015: 32). Mas os seus membros também podem estar expostos a influências externas, o que pode levar à ocorrência de divergências dentro do grupo. Estas podem ser resolvidas de diversas formas: ou os membros mais poderosos impõem a sua posição, ou se chega a um consenso, ou se consideram as preferências de uma maioria dentro do grupo (Neack, 2008: 67-69; Freire e Vinha, 2015: 33). Os grupos mais fechados podem deixar-se levar pelo *groupthink*, que é um processo segundo o qual o grupo se auto-monitoriza para que não haja divergências de opinião dentro do mesmo. Ou seja, o principal objetivo do grupo é a sua coesão (Dorani, 2019). Isto não é essencialmente negativo, tendo em conta que dessa forma se eliminam melhor os conflitos de grupo e se chega a conclusões mais rápidas (Freire e Vinha, 2015: 33; Neack, 2008: 69).

Por último temos o modelo das organizações burocráticas (Freire e Vinha, 2015: 29-32), introduzido no estudo da política externa por Graham Allison (Hill, 2016: 103).

Segundo este modelo, é o líder que decide, mas é a burocracia que lhe dá apoio, já que “a maioria das decisões de política externa são tomadas num contexto organizacional” (Freire e Vinha, 2015: 29). Ou seja, num sistema tão dominado por vários interesses, as decisões vão ser resultado de um processo político. Este processo é marcado por uma “competição de recursos”, competição essa que vai ser ganha pelo indivíduo ou grupo que consiga dominar a discussão das decisões (Neack, 2008: 75-76). Contudo, isto pode significar que os objetivos domésticos desses indivíduos podem ser, em última análise, mais importantes que os objetivos internacionais do governo (Neack, 2008: 75-76; Hill, 2016: 103). De qualquer forma, os procedimentos burocráticos são descritos como fomentadores da “eficiência e racionalidade”, uma vez que conferem

“(…) a responsabilidade de diferentes tarefas a diferentes pessoas, definindo regras e procedimentos (...) que especificam o modo como as tarefas devem ser executadas, e a divisão de autoridade entre diferentes organizações para evitar a duplicação de esforços. Ainda permitem o planeamento avançado com o objetivo de determinar necessidades a longo prazo e os meios de as alcançar” (Freire e Vinha, 2015: 30).

Porém, sabemos que por vezes as decisões em burocracia não são assim tão rápidas devido às várias regras e processos pelos quais passam. A ideia das organizações burocráticas como processo de tomada de decisão em política externa assenta numa filosofia de que a política externa é um serviço público (Hill, 2016: 89).

1.3. Fatores que influenciam a tomada de decisão em política externa

Conhecendo, agora, tanto as teorias como os vários modelos de análise de política externa, passemos então a perceber quais os fatores que influenciam a tomada de decisão em política externa, para além dos já referidos – fatores psicológicos.

Laura Neack (2008: 86-87) considera que um desses fatores é a imagem que um país tem de si próprio. Essa imagem faz parte da cultura de um Estado. Por exemplo, uma imagem própria que é conflituosa poderá levar a uma política externa conflituosa e até mesmo contraditória (Neack, 2008: 90). A cultura é, portanto, outro fator que influencia a política externa. A cultura pressupõe um conjunto de “premissas, valores, expectativas e predisposições entre os membros da nação como um todo”, o que obviamente vai influenciar os processos de decisão (Freire e Vinha, 2015: 47-48). Por

exemplo, a ideia de paz democrática, que já abordámos anteriormente, tem sido muito estudada como uma imposição cultural na política externa de um país. Segundo esta ideia, “liberal democracies are more peace loving than other states because of the norms regarding appropriate methods of conflict resolution that develops within society”⁵ (Morgan, 1992: 198, citado em Neack, 2008: 93).

Além disso, as instituições democráticas colocam entraves aos decisores políticos, na medida em que as divisões de poder dentro das mesmas não permitem que se tomem atos de grande violência no comportamento em política externa (Neack, 2008: 93).

Outro fator de elevada importância – provavelmente cada vez mais importante dos dias de hoje – é a opinião pública. A relação entre política externa e opinião pública é complicada, havendo autores que defendem que esta tem um grande impacto na outra, e outros que defendem o oposto. A visão dos que defendem que há um impacto da opinião pública na formulação de política externa deriva de uma visão mais pluralista, com uma abordagem “bottom-up”, em que os líderes se baseiam na opinião das massas. A segunda visão – os que acreditam que não há um impacto significativo da opinião pública na política externa – defende uma abordagem mais “top-down”, em que é aquilo que as elites defendem que influencia a opinião das massas. Esta é uma abordagem mais realista (Neack, 2008: 114-115). A opinião das massas pode não ter um impacto direto na política externa, mas “as percepções que os decisores em política têm da opinião pública (...) definem os parâmetros do comportamento em política externa” (Neack, 2008: 116). A opinião pública é, aliás, vista como um bom recurso para as elites políticas se reforçarem, ou seja, são como uma alavanca para as elites estabelecerem o seu domínio na formulação de políticas (Neack, 2008: 119). Mas há que distinguir entre dois tipos de público: os que não estão verdadeiramente atentos e interessados na política externa e os que realmente lhe prestam atenção (Hill, 2016: 270-271). Independentemente de tudo, os líderes devem estar sempre atentos à opinião do seu público, já que esta muda com grande facilidade e torna-se rapidamente hostil, especialmente em períodos de crise (Freire e Vinha, 2015: 45-46).

⁵ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

Intimamente ligado à opinião pública está o poder dos *mass media*. Os *media* ocupam um lugar enorme no que toca às deliberações das lideranças nacionais (Neack, 2008: 121). Christopher Hill afirma mesmo que os *media* “têm os ouvidos e os olhos do governo” (2016: 282). Para muitos cientistas políticos existe um fenómeno chamado “efeito CNN”, descrito por Joseph Nye da seguinte forma:

*“The free flow of broadcast information in open societies has always had an impact on public opinion and the formation of foreign policy, but now the flows have increased, and shortened news cycles have reduced the time for deliberation. By focusing on certain conflicts and human rights problems, broadcasts pressure politicians to respond to some foreign problems and not others. The so-called CNN effect makes it harder to keep some items off the public agenda that might otherwise warrant a lower priority”*⁶ (Nye, 1999: 13, citado em Neack, 2008: 121).

“O poder dos *media* é exercido de duas formas distintas: sobre a opinião pública, e sobre os decisores políticos”. Os *media* conseguem influenciar a política na medida em que acabam por trazer a público debates e situações que, se assim não fosse, não se conheceriam (Hill, 2016: 283-284; Neack, 2008: 121).

Outro fator que influencia o processo de decisão em política externa são os grupos de interesse, ou os *lobbies* (Freire e Vinha, 2015: 44). Estes são grupos com valores, crenças e preocupações comuns que transmitem uma certa opinião sobre uma determinada situação ao poder central (Hill, 2016: 277). A ideia é influenciar a política a seu favor. Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2015) destacam ainda o papel das comunidades epistémicas como fator de influência da política externa. Estas comunidades são “uma rede de profissionais com experiência e competência reconhecidas numa determinada área, e uma autoridade reconhecida sobre um conhecimento relevante dentro da mesma área” (Haas, 1992: 3)⁷.

Normalmente, falamos de uma comunidade científica ou académica, que influencia ou orienta os decisores políticos sobre as políticas que devem prosseguir (Freire e Vinha, 2015: 44-45). Estas comunidades funcionam um pouco como os grupos de interesse.

⁶ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

⁷ Original: “An epistemic community is a network of professionals with recognized expertise and competence in a particular domain and an authoritative claim to policy-relevant knowledge within that domain or issue-area” (Haas, 1992: 3).

Porém, como já foi abordado no início deste capítulo, há outros fatores que influenciam a tomada de decisão em política externa dos Estados – a localização geográfica de um país, a sua história, ou as suas capacidades são alguns desses exemplos, tal como nos demonstram Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2015: 22). É fácil perceber porque é que a localização geográfica, assim como o tamanho de um país, influenciam a política externa de um Estado. Será sempre importante para a definição da política externa de um país o facto de este possuir, ou não, fronteiras naturais, ou quem são os países que o rodeiam (Rizwan, 2009). Já a história de um país consegue ter influência na sua política externa, na medida em que essa é determinante para a formulação de uma identidade nacional e de uma cultura comum (Rizwan, 2009), algo que, tal como já foi abordado, influencia a tomada de decisão em política externa. As capacidades económicas de um Estado são também importantes, bem como as industriais, militares e populacionais (Rizwan, 2009).

Posto isto, passaremos agora à descrição da política externa portuguesa, abordando a sua história e as fases pelas quais já passou, e focando-nos essencialmente naquilo que a caracteriza desde a queda do regime ditatorial.

1.4. A política externa portuguesa

Portugal é um país com cerca de 800 anos de história. De pequena dimensão e com uma localização geográfica muito interessante, desde cedo que se debate com uma dicotomia relativamente às suas relações exteriores – virar-se para o Oceano Atlântico ou virar-se para a o continente europeu.

De acordo com Nuno Severiano Teixeira (2015: 355), Portugal teve até ao momento três períodos essenciais no que toca à sua política externa, sendo, por isso, três os modelos da política externa portuguesa – o modelo medieval, o modelo clássico, e o modelo democrático (Teixeira, 2015: 355).

O modelo medieval de política externa resume-se às relações que Portugal mantinha com os restantes reinos da Península Ibérica. De salientar também que foi neste período que Portugal estabeleceu com Inglaterra a sua mais antiga aliança bilateral. Foi assim que se mantiveram as relações exteriores até ao século XV, num

quadro meramente bilateral (Pontes, 2016). Podemos ler esta fase da política externa portuguesa com a lente do realismo, uma vez que alguns dos objetivos principais passavam pela manutenção da soberania e independência, e pelo combate ao Islão, no sul da península (Teixeira, 2015: 355-356; Pontes, 2016). Aplicamos aqui também o modelo dos líderes, já que estávamos numa época com poucos recursos tecnológicos e em que se valorizava muito a imagem do rei e as suas decisões. A opinião pública não influenciava em nada a política externa, pois como é de deduzir, as massas não se preocupavam com essas dimensões.

O modelo seguinte – o clássico – iniciou-se no século XV e só terminou no século XX, mais precisamente em 1974, com a Revolução dos Cravos e a instituição de um regime democrático em Portugal. Foi, portanto, o período mais longo, no qual a forma de fazer política externa não se alterou significativamente (Teixeira, 2015: 356). Este período também pode ser compreendido à luz do realismo, uma vez que ficou marcado, essencialmente, pela bilateralidade das relações exteriores – foram feitos diversos acordos com a vizinha Espanha, de forma a amenizar o relacionamento com esta, e reforçou-se a aliança com a principal potência marítima da época, a Grã-Bretanha (Pontes, 2016). Ou seja, Portugal preferia formar alianças estratégicas, com potências estratégicas, nomeadamente com as potências atlânticas. Devido aos avanços na ciência e tecnologia foi também possível a expansão marítima, que para Portugal resultou na constituição de um vasto império colonial. A manutenção deste império foi o principal objetivo da política externa portuguesa durante estes cinco séculos. A maximização desse objetivo vai de encontro às características realistas da política externa portuguesa dessa altura. Com isto, surge também um certo “afastamento estratégico em relação à Europa” (Teixeira, 2015: 356-358). No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, foi formada uma nova aliança estratégica com a principal potência marítima desta época – os EUA. A bilateralidade característica da política externa portuguesa apenas foi contrariada com a adesão à SDN, após a Primeira Guerra Mundial, numa tentativa de obter alguma legitimação perante o restante sistema internacional; com a adesão à NATO, numa lógica obviamente atlântica e por influência dos aliados EUA; ou com a adesão à ONU, que veio substituir a SDN (Sá, 2015: 48-54). Porém estas pequenas aberturas ao multilateralismo não foram suficientemente significativas, uma vez que

Portugal, sendo uma ditadura e mantendo um império colonial, continuou a privilegiar as relações bilaterais. Estes longos cinco séculos ficaram então marcados por um certo realismo na política externa portuguesa, embora também possamos usar a lente do construtivismo para analisar a mesma. Isto porque as ações que foram sendo tomadas, nomeadamente a constante procura por soberania e a defesa intransigente do império, eram influenciadas pela forma como os líderes olhavam para o sistema internacional, ou seja, eram produto das suas perceções. É por isso que podemos, igualmente, aplicar a este período o modelo dos líderes, na medida em que as suas interpretações, baseadas não só naquilo que os rodeia, como também nas suas características pessoais, influenciavam a tomada de decisão em política externa. Este aspeto é particularmente visível com a liderança de António de Oliveira Salazar e a sua política do “orgulhosamente sós”, onde Portugal era, portanto, um regime fechado, com apenas algumas alianças estratégicas (Teixeira, 1999). Aqui vemos também a influência que a própria imagem nacional e a cultura tinham na política externa. O mesmo não acontecia com a opinião pública, pois tratava-se de um regime ditatorial, onde a liberdade de expressão das massas era reprimida.

Consequentemente, foi apenas com a queda do regime ditatorial em 1974 que a política externa de Portugal sofreu enormes alterações, rompendo com o paradigma que permanecia desde o século XV. Assim, o terceiro e, até então, último modelo de política externa portuguesa inicia-se com a democratização do país. Pela primeira vez, Portugal passa a assumir “inteiramente a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico” (Teixeira, 2015: 358-361). Ou seja, a contradição entre Europa e Atlântico que prevalecia até então foi-se dissipando, uma vez que Portugal passou a acreditar que “ser atlântico pode significar valor acrescentado na Europa, tal como ser europeu pode ter valor acrescentado no Atlântico, em particular no Atlântico Sul, onde se desenvolvem as relações pós-coloniais” (Teixeira, 2010). Esta frase de Nuno Severiano Teixeira evidencia, assim, os três principais pilares da política externa portuguesa no pós-Revolução: o europeu, o atlântico e o lusófono. Para além disto, Portugal passou ainda a integrar na sua agenda de política externa a promoção dos valores democráticos e do Estado de Direito (Teixeira, 2015: 363).

Rapidamente se tornou “opinião unânime que a política externa portuguesa estava resolvida” (Sá, 2015: 62). Aliás, a “política externa é das esferas mais consensuais do arco de governação (...) e tem conseguido escapar aos ditames eleitorais (...)” (Galito, 2019: 22), mesmo hoje em dia. Contudo, as rápidas mudanças que se verificam no sistema internacional da atualidade vêm demonstrar que a política externa de um Estado também tem de estar em constante mudança, para que se adapte da melhor forma ao que o rodeia. Assim sendo, a forma como Portugal se relaciona com o exterior teve de evoluir ao longo destes cerca de 46 anos de democracia.

Os três pilares fundamentais mantêm-se, evidentemente. Tal como podemos ler no *website* oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a

“integração europeia permitiu que Portugal consolidasse solidamente o seu sistema democrático e proporcionou ao país um período de desenvolvimento económico e social sem precedentes no século XX”; “a pertença ao espaço euro-atlântico e à NATO assegurou a Portugal um lugar no bloco dominante após o final da Guerra Fria, com os parceiros com os quais partilhamos os valores fundamentais (...); e “a construção de um espaço político próprio dos falantes da língua portuguesa [CPLP] proporcionou uma nova compreensão da identidade (...) e a pertença a um espaço pluricontinental de matriz histórica e linguística [comum], assente no aprofundamento das relações políticas e económicas (...)” (Portal Diplomático, 2018).

Assim sendo, Portugal continua a olhar para a Europa, e em particular para a União Europeia, como “o garante de paz e prosperidade” (Portal Diplomático, 2018). A Europa é, por isso, a região mais importante para Portugal, do ponto de vista estratégico, tal como indica o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013: 26), sendo que o país está sempre empenhado no aprofundamento da sua integração (Portal Diplomático, s.d.a). O Atlântico, em particular o Atlântico Norte, é a segunda área mais importante para a política externa portuguesa (CEDN, 2013), devido à NATO e à relação bilateral que o país mantém com os EUA, a qual é importante continuar a aprofundar. É, também, de especial importância que Portugal continue a participação nas várias missões levadas a cabo pela NATO, uma vez que isso constitui um “instrumento essencial para a afirmação e valorização de Portugal na cena internacional e para a prossecução dos (...) objetivos de política externa” (Portal Diplomático, s.d.b). Apesar da especial relação que Portugal tem com o Atlântico Norte, o Atlântico Sul não deve ser negligenciado. Antes pelo contrário. Portugal deve apostar numa ligação cada vez maior

entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, já que possui uma posição favorecida nesses dois espaços, “destacando-se as relações históricas e culturais privilegiadas que o país tem com outras regiões abrangidas pelo oceano” (Sá, 2015: 83). Segundo Tiago Moreira de Sá, Portugal tem como um dos seus maiores objetivos de política externa a constituição de um “triângulo estratégico” entre Portugal, Brasil e Angola, pois “é aqui que reside a chave para Portugal voltar a ser estrategicamente relevante nos espaços em que se insere, fazendo-se motor da unificação do Atlântico (2015: 88). A relação de Portugal com esta região do globo e a forma como faz política externa para com esse espaço são o objeto de estudo do próximo capítulo desta investigação.

Partindo dessa ligação ao Atlântico Sul, o caminho leva-nos à ligação com o espaço lusófono, o qual representa a terceira grande área de interesse nacional para Portugal. Este é um espaço que abrange vários continentes e que faz da língua portuguesa uma das mais faladas no mundo (Portal Diplomático, 2018). A CPLP é, portanto, um relevante instrumento de política externa. Portugal é valorizado na CPLP por ser um país europeu e, por isso, fazer de “ponte” entre os restantes membros e o velho continente. Da mesma forma, é valorizado na Europa por deter esse papel de “ponte” entre esta e outros mercados emergentes, tanto em África como na América Latina (Palmeira, 2019: 222). Ainda acerca da relação com a CPLP, é relevante mencionar a cooperação técnico-militar que Portugal promove junto dos restantes membros da organização, o que contribui para o fortalecimento do papel de Portugal como produtor de segurança internacional, a par da já referida participação em missões de paz da NATO, e também de outras organizações internacionais (Palmeira, 2019: 230).

Num discurso proferido no Seminário Diplomático, em janeiro de 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, afirmou que se deve começar a pensar numa “nova representação geométrica da política externa portuguesa: um hexágono” (Silva, 2018: 24), em substituição do “triângulo”, ou dos três pilares fundamentais já existentes. Assim, e de acordo com Santos Silva, juntam-se a esses pilares fundamentais “o acompanhamento e a valorização das comunidades portuguesas”, “a internacionalização de Portugal”, e “o multilateralismo” (Silva, 2018: 25).

Relativamente às comunidades portuguesas, é de ressaltar a crescente importância económica, cultural e política das mesmas, sendo que Portugal tem atualmente cerca de 148 serviços consulares espalhados pelo mundo (Portal Diplomático, 2018). A diáspora portuguesa é “um dos mais importantes ativos estratégicos de política externa do Estado Português” (Portal Diplomático, s.d.d). A internacionalização de Portugal prende-se com a captação de investimento estrangeiro, bem como com a promoção da língua e cultura portuguesas (Portal Diplomático, 2018). Em declarações à Agência Lusa, o Ministro Augusto Santos Silva afirmou que é cada vez mais necessária a internacionalização da “cultura, do ensino da língua, da (...) ciência e inovação” (Lusa, 2018). Por último, e apesar de o país sempre se ter integrado em diversas organizações internacionais, como a ONU ou a UE, o multilateralismo é, finalmente, assumido como interesse estratégico de Portugal. O Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que o multilateralismo pode mesmo ser “constituído como um traço autónomo e característico da (...) política externa” (Lusa, 2018). Portugal, que até à queda do regime ditatorial preferia manter relações bilaterais com os seus parceiros internacionais, a partir de 1974 torna-se num verdadeiro defensor do multilateralismo, participando ativamente em diversas organizações internacionais (Pontes, 2013; Teixeira, 2015: 361-363). São exemplo disso as mais tradicionais como a ONU, a NATO, ou a UE, ou outras como a CPLP, ou a Organização dos Estados Ibero-americanos. É de salientar, ainda, o facto de Portugal participar nas várias missões militares internacionais promovidas por algumas destas organizações, como já foi referido acima. Isto fez com que as Forças Armadas Portuguesas passassem a constituir um importante instrumento de política externa (Teixeira, 2010). A inserção em múltiplas organizações internacionais,

“aliada a uma política externa baseada em valores e no diálogo (...) levou a que Portugal seja hoje percecionado por muitos Estados como um país disponível para perceber e dar voz às suas preocupações, sem uma agenda egoísta e empenhado na promoção geral do bem comum e do respeito pelas regras internacionais” (Portal Diplomático, 2018).

Portugal consegue, por isso, ter um excelente relacionamento com vários países e organizações por todo o mundo (Cravinho, 2012).

Aplicando um pouco da teoria à política externa portuguesa no pós-25 de abril, vemos que é possível destacar aqui traços do liberalismo. Isto porque há,

definitivamente, uma crença na autodeterminação, com a descolonização dos territórios que faziam parte do império português (excetuando o Brasil, que já havia conquistado a independência em 1822). Há ainda uma crença enorme no multilateralismo, como foi referido anteriormente, com a inserção em várias organizações internacionais, na democracia liberal e na economia de mercado. Contudo, também é possível ler esta época através da lente do construtivismo, na medida em que se percebe que os líderes olham para uma realidade internacional que entendem como multilateral e democrática, promovendo, por isso, esses valores.

Podemos aplicar aqui o modelo das instituições burocráticas, na medida em que os líderes ou decisores de política externa são apoiados por estruturas específicas, e onde as suas decisões resultam de um determinado processo. Todavia, também podemos aplicar o modelo dos pequenos grupos, já que estamos perante um regime democrático, onde um “pequeno grupo” – parlamento – tem influência nas decisões tomadas em política externa.

Outras influências que merecem destaque são as da imagem própria nacional e da cultura portuguesas, muito evidentes na definição de Portugal como um país europeu e atlântico. Também a opinião pública portuguesa, já com mais formação e interesse na área, tem influência na tomada de decisões, bem como os *media*, cujo papel nesse sentido é cada vez mais evidente. Além do mais, temos a influência dos grupos de interesse e das comunidades epistémicas, que também é cada vez mais importante.

A presente investigação tem como objetivo principal perceber quais as dinâmicas da política externa portuguesa para o espaço do Atlântico Sul, mais concretamente para com o Brasil e Angola. Relativamente a isto, podemos afirmar que Portugal consegue, agora, equilibrar a vertente atlântica da sua política externa com a vertente europeia da mesma. O mar continua a ser um elemento de peso em matéria de decisões relativas às relações internacionais de Portugal e o espaço do Atlântico Sul tem merecido cada vez mais destaque nesse campo. Assim, o próximo capítulo trata de demonstrar qual a ligação de Portugal com a região do Atlântico Sul, em especial com o Brasil e com Angola, bem como quais as suas ações de política externa para com esses espaços.

CAPÍTULO 2: Qual a dinâmica da Política Externa de Portugal no Atlântico Sul?

2.1. O sistema internacional atual

Antes de passar a uma análise mais aprofundada das dinâmicas entre Portugal e o Atlântico Sul, importa conhecer quais as características do sistema internacional na sua globalidade. Isto porque tudo o que acontece atualmente no mundo tem uma forte influência sobre a forma como os Estados fazem política externa e se relacionam com os seus parceiros.

Assim sendo, podemos começar por afirmar que o sistema internacional da atualidade é bastante confuso. Isto deve-se em grande parte à pluralidade de atores que nele intervém – Estados, organizações internacionais, ONG, empresas –, bem como às várias dinâmicas que nele podemos encontrar. O fim da Guerra Fria veio instaurar um sistema unipolar, com uma potência hegemónica, claramente mais poderosa – os EUA. O Ocidente e os seus valores de democracia, liberdade e respeito pelos direitos do Homem venceram e implantaram-se um pouco por todo o lado.

As últimas décadas, no entanto, têm sido marcadas por algumas mudanças no sistema internacional. Em primeiro lugar destaca-se a questão do terrorismo, que veio desde logo alterar o modo como o Ocidente olha para o mundo. Os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 tornaram o combate ao terrorismo num “interesse de segurança nacional” para os EUA e, conseqüentemente, para os seus aliados (Mingst e Arreguín-Toft, 2017: 60-62). A crise de 2007/2008 também merece destaque. Embora não tenha retirado a confiança na economia de mercado, esta crise veio “dar um abanão” nas economias dos países ocidentais, nomeadamente nas dos países do Sul da Europa, teoricamente mais pobres (Mingst e Arreguín-Toft, 2017: 62). Outro acontecimento importante foram as séries de protestos nalguns países árabes que deram origem às Primaveras Árabes, em 2011, especialmente nos países do Norte de África (Mingst e Arreguín-Toft, 2017: 62). Por outro lado, assiste-se à persistência do terrorismo de matriz islâmica, com as ações tomadas pelo autoproclamado Estado Islâmico, das quais se destacam os ataques em Paris ou na Bélgica (Mingst e Arreguín-Toft, 2017: 62).

Na Ásia assistimos a um crescimento sem precedentes da China, em termos económicos e militares, país que começa a fazer frente aos EUA no que toca ao domínio do plano internacional (Baylis, Smith e Owens, 2017: 76). Quanto ao resto do globo, destaca-se o crescimento das chamadas economias emergentes – com o foco a incidir nos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul⁸. Porém, apesar do relativo crescimento da economia e finanças do globo, ainda existem muitas zonas onde problemas como a pobreza e a fome continuam a persistir.

O sistema internacional dos dias de hoje é, ainda, marcado por questões como as alterações climáticas, sendo que a contestação contra a inação dos governos relativamente a esta matéria é cada vez maior; a crise dos refugiados, que continua a persistir na Europa; o crescimento dos populismos um pouco por todo o globo, com a eleição de personalidades como Donald Trump, nos EUA, ou Jair Bolsonaro, no Brasil; a proliferação de armas de destruição massiva, com destaque para os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão; ou a persistência de elevados níveis de criminalidade transnacional, como o narcotráfico, o tráfico humano e o cibercrime (Mingst e Arreguín-Toft, 2017; Baylis, Smith e Owens, 2017).

a) O Atlântico, um oceano de possibilidades

Focando-nos agora no Atlântico e nas suas dinâmicas, é de ressaltar que este espaço goza de uma relativa estabilidade quando comparado com os oceanos Pacífico e Índico (Lima, 2016: 73-74). Podemos até falar num certo crescimento do interesse neste espaço (Palmeira, 2017) devido à enorme diversidade de recursos de que dispõe e às rotas comerciais que aí passam. No Atlântico Norte temos a presença dos Estados ocidentais, que estão integrados em algumas das mais importantes organizações internacionais, tais como a NATO ou a UE; no Atlântico Sul há uma carência no que toca à existência de organizações idênticas às do Norte, especialmente em matéria de segurança. Numa comunicação no Seminário “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”, que teve lugar no Instituto da Defesa Nacional a 27 de fevereiro de 2019, o Contra-Almirante Ruy de Almeida Silva explicou que essa falta

⁸ A sigla BRICS refere-se às iniciais de cada país em língua inglesa – *Brazil, Russia, India, China, South Africa*.

de organização se devia à grande diversidade existente no Atlântico Sul, bem como à fraca integração económica entre as duas margens do mesmo (Silva, 2019).

Apesar de tudo, o Atlântico Sul é um espaço de crescimento. O fim da Guerra Fria impôs, como já abordámos, um sistema unipolar, em que os EUA se destacam como a grande superpotência. Porém, começam a surgir algumas potências com elevado crescimento económico, capazes de trazer alterações à balança de poderes global. Referimo-nos às potências emergentes, como os BRICS. O Atlântico Sul surge em evidência neste aspeto já que “banha países cada vez mais desenvolvidos e poderosos, com vastos recursos e constituindo apetecíveis mercados” (Santos, 2011: 25). Este é um espaço onde se encontram importantes pontos de passagem, como o Cabo da Boa Esperança, que liga o Oceano Índico ao Atlântico, ou o Canal do Panamá e o Estreito de Magalhães, que ligam o Atlântico ao Oceano Pacífico. Por estes passam algumas das principais rotas marítimas do mundo (Couto, 2012: 242). Além disso, a importância estratégica e geo-económica do mesmo tem vindo a aumentar devido à “descoberta de novas e importantes jazidas de petróleo e de gás natural em ambas as suas margens” (Couto, 2012: 241). Catarina Leal e José Félix Ribeiro (2015: 61) afirmam que “91% das reservas de petróleo localizadas no *offshore* do mundo” se situam no Oceano Atlântico e que “a produção do *deep offshore* do Atlântico representa cerca de 10% da produção mundial, cabendo metade ao Brasil e a Angola”. A propósito disso, tal como nos informa Bernardo Pires de Lima,

“metade das novas descobertas [de gás e petróleo] na última década deram-se em países de língua portuguesa (Brasil, Angola e Moçambique). Aliás, os países da CPLP no seu conjunto fazem deste espaço lusófono o quarto maior produtor de hidrocarbonetos global (...)” (Lima, 2016: 66).

Assim, assume especial relevância o papel de organizações como a CPLP, que promovem o diálogo não só entre vários países do Sul, como entre esses e países do Norte, neste caso, com Portugal.

Embora este seja um espaço de grande crescimento e enormes potencialidades económicas e energéticas, e não obstante o seu carácter relativamente pacífico, ultimamente têm-se verificado alguns problemas relacionados com a pirataria e o tráfico de droga, especialmente na região do Golfo da Guiné:

“Major trafficking flows have been amply documented between producing countries like Bolivia, Colombia or Peru and intermediary destinations like Gambia, Guinea-Bissau or Nigeria, on their way to the Netherlands, Portugal, Spain or the United Kingdom”⁹ (Seabra, 2014).

Ou seja, tal como nos explica Pedro Seabra (2014), estes problemas relacionados com a pirataria ou o tráfico, não só de droga, como também de armas e até mesmo o tráfico humano, não afetam apenas os países do Sul do Atlântico. Afetam também os do Norte, uma vez que estes são, na maioria das vezes, os destinos das mercadorias ilícitas. Além do mais, estes problemas vêm agravar as dificuldades socioeconómicas de certos países africanos que, como vimos, servem de pontos intermediários. Estas fragilidades e vulnerabilidade acabam por contribuir para que esta região seja, apesar de tudo, menos desenvolvida do ponto de vista político, económico e securitário (Couto, 2012: 243). Desta forma, é importante apostar numa melhor organização e integração tanto económica como securitária desta região, à semelhança do que acontece no Atlântico Norte (Marcondes, 2019). Torna-se, então, imperativa a cooperação entre os dois hemisférios do Oceano Atlântico, de maneira a potencializar esta zona Sul, não só em termos económicos, como também securitários.

Relativamente a esta maior cooperação entre Norte e Sul do Oceano Atlântico, Portugal e os países lusófonos aí presentes podem assumir lugares de destaque:

“Os países lusófonos podem desempenhar um papel de primeiro plano nesta questão: dinamizador e de suporte. De facto, os espaços geográficos dos vários membros da CPLP são de crucial importância estratégica, como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, além do Brasil e Angola, em cuja capacidade e na de outros importantes e poderosos Estados da região (...) o sistema de segurança poderia assentar” (Santos, 2011: 26).

Neste âmbito, mais uma vez, assume especial relevo o papel da CPLP, como ponte entre vários países do Atlântico, que partilham uma história e língua comuns (Seabra, 2014). Tendo por base esta lógica, Portugal deve procurar preparar-se da melhor forma para servir como um verdadeiro ponto de convergência entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, reforçando os laços com os países lusófonos presentes nesse espaço (Leal e Ribeiro, 2015: 87). O grande objetivo é dar ênfase ao papel de ponte entre os dois hemisférios do Oceano Atlântico que Portugal pode vir a desempenhar, bem

⁹ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

como ao facto de o país se tornar um parceiro indispensável no estabelecimento de contactos entre esses dois hemisférios (Seabra, 2014)¹⁰.

É certo que as relações entre Norte e Sul ainda são marcadas por alguma desconfiança, fruto do passado colonial que marca a História entre as duas regiões. Esta desconfiança, por vezes, dificulta o relacionamento entre as mesmas, como veremos mais adiante. Porém, a mesma deve ser eliminada para que se consolide um “espaço democrático, assente numa comunidade de segurança pluralista, alargada e participativa” (Lima, 2016: 54-68). Apesar de tudo, já se começa a notar alguma colaboração em matéria de segurança entre o Norte e o Sul, nas ações que têm sido levadas a cabo para conter alguns focos de instabilidade no Golfo da Guiné (Buchanan, 2015: 69).



Figura 1 - Atlântico Norte e Atlântico Sul
Fonte: CIA, s.d.

2.2. Ações de política externa de Portugal no Atlântico Sul

O mar é um género de “imagem de marca” para Portugal (Cunha, 2011: 9-10). “Constitui um elemento determinante no processo de construção da identidade de Portugal”, daí que a importância estratégica do Oceano Atlântico seja “incontornável” para o país (Portal Diplomático, s.d.e). Portugal deve, portanto, tirar o melhor partido possível desta posição geográfica. O próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional coloca o Oceano Atlântico em evidência, ao nomeá-lo como um dos “ativos nacionais” a explorar mais aprofundadamente, a par do “caráter arquipelágico” de Portugal (CEDN, 2013: 34).

Portugal pode “redimensionar o seu poder e o seu estatuto entre os cada vez mais numerosos Estados-membros” da UE, potenciando o recurso imenso que é o

¹⁰ “The goal is to capitalize on Portugal’s professed bridge-building traits between the two sub-oceans, while presenting the country as an indispensable partner in such process” (Seabra, 2014).

Atlântico e recentrando nele a sua política externa (Lima, 2016: 79). Num contexto como o atual, em que o Oceano Atlântico pode estar a assumir uma nova dimensão na Europa, Portugal pode deixar de ser periférico, para passar a assumir uma posição mais central devido à sua eterna ligação com o oceano (Palmeira, 2016: 122-123). “Sempre que Portugal se virou para o mar, prosperou” (Fernandes, R., 2014).

Portugal é um território que se encontra na rota de alguns dos principais fluxos comerciais mundiais. A sua vasta ZEE permite-lhe retirar inúmeras vantagens do transporte de mercadorias, já que cerca de 60% do tráfego para a Europa passa nas águas portuguesas. Mas coloca-lhe, ao mesmo tempo, vários desafios, nomeadamente em matéria de vigilância e segurança (Palmeira, 2016: 124). Porém, este espaço pode ter várias funções para Portugal. Pode ser um meio para “materializar os objetivos fixados na política”, ou ser um meio para exercer poder, conferindo ao país “individualidade, independência e afirmação internacional” (Fernandes, M., 2014: 125). Pode ainda ser um “elemento de força passível de, em conjugação com os instrumentos económicos diplomáticos de poder, apoiar a política externa” portuguesa (Fernandes, M., 2014: 125).

Não é apenas o seu espaço no Atlântico Norte que interessa a Portugal. O Atlântico Sul tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na política externa portuguesa. Como acabámos de ver, o papel de Portugal como uma “ponte sobre o Atlântico” afigura-se como algo a desenvolver da melhor maneira por parte do país, de forma a retirar o melhor proveito do mesmo. A sua posição geográfica é privilegiada, bem como os seus relacionamentos com alguns dos países do Atlântico Sul. Assim, nas palavras de Cabral Couto,

“A diplomacia portuguesa pode, em relação ao Atlântico Sul, desempenhar um papel paciente e delicado quanto à articulação e potenciação de interesses convergentes, à atenuação da dureza de interesses divergentes, à criação de plataformas institucionalizadas de discussão e diálogo, ao esvaziamento de suspeições injustificadas e à neutralização de medidas eventualmente precipitadas ou interpretáveis como provocatórias” (Couto, 2012: 245).

De maneira a perceber melhor a forma como Portugal poderá assumir esse papel de “ponte” passemos, agora, à análise da ligação de Portugal tanto com o Brasil, como

com Angola. Ao mesmo tempo, veremos quais as ações de política externa que Portugal leva a cabo em ambos os espaços.

a) A ligação de Portugal com o Brasil

No ano de 1500, Pedro Álvares Cabral e a sua armada chegam ao território que mais tarde viria a receber o nome de Brasil, dando início à colonização portuguesa daquele espaço. Muitas foram as riquezas aí encontradas, tais como o açúcar, o ouro e outros minerais, o café ou o cacau (Nogueira, 2019: 33). A partir da comercialização destas, Portugal reforçou o seu poderio económico à época, bem como a sua condição de império. A subjugação do Brasil ao domínio português durou até 1822, ano em que o país conquista a sua independência de Portugal. A partir de então, as relações entre os dois países foram sofrendo altos e baixos.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, as relações entre Brasil e Portugal ficaram um pouco estagnadas devido às alterações políticas sofridas em Portugal – fim da monarquia e instauração da república, e a “instabilidade e inconsistência” da Primeira República Portuguesa (Santos e Amorim, 2010: 121-122). Ainda assim, o reconhecimento da república portuguesa por parte do Brasil foi praticamente imediato (Santos e Amorim, 2010: 123). Com a implementação do Estado Novo, e apesar da natureza fechada desse regime, surge uma vontade de restabelecer um relacionamento mais forte com o Brasil. Aliás, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60, “as relações Brasil-Portugal foram marcadas pela intensidade, pelo alto grau de participação da sociedade e pela importância que os dois Estados a elas emprestavam” (Gonçalves, 2010: 99). Em 1953, por exemplo, foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta que permitia ao Brasil “aproximar-se mais da Europa” e a Portugal obter o apoio brasileiro em várias questões internacionais, como a defesa da manutenção do seu império colonial (Gonçalves, 2010: 107-113). Nos anos 50 e 60 houve ainda várias visitas de altas entidades aos dois Estados, com destaque para a visita do Presidente Kubitschek a Portugal.

Nas décadas seguintes, as relações entre os dois Estados “amadureceram a partir dos processos de redemocratização” tanto de Portugal, nos anos 70, como do Brasil, nos

anos 80 (Sousa, 2010: 26). O Brasil foi novamente o primeiro a reconhecer o novo regime democrático português, após a Revolução do 25 de abril de 1974. Apesar disso, entre 1974 e 1976, as relações entre ambos sofreram um novo “abrandamento”, muito motivado por alguma “desconfiança” que entretanto se tinha instalado entre as elites brasileiras relativamente à nova fase da política portuguesa.

Contudo, a partir de 1976 as relações retomam a normalidade e logo nesse ano o então Primeiro-Ministro português, Mário Soares, visita o Brasil. Em 1978 foi a vez do Presidente Ramalho Eanes. O Brasil assumia agora um lugar prioritário na política externa portuguesa:

“A justificação encontrada para a inclusão do Brasil entre as prioridades portuguesas está intimamente relacionada com ‘laços especiais de fraternidade’, ‘afinidades históricas e culturais’ ou por toda uma ‘tradição de amizade, colaboração e profundas raízes culturais’” (Fonseca, 2010).

Com a entrada de Portugal na CEE, em 1986, abrem-se várias janelas de oportunidade para os dois países, uma vez que “era possível que Portugal funcionasse como uma ponte” entre o Brasil, que entretanto também se inseriu na organização regional MERCOSUL, e a UE (Fonseca, 2010).

Durante os anos 80 houve várias visitas de Estado portuguesas ao Brasil, todas elas focadas no reforço das relações não só históricas e culturais, como também económicas. A procura e incentivo ao investimento brasileiro em Portugal fez sempre parte da agenda política (Fonseca, 2010). Em 1991, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva visita o Brasil e assina um novo Acordo Geral de Cooperação, que reforça o Tratado de Amizade e Consulta de 1953. Também passaram a ser institucionalizadas as Cimeiras Luso-Brasileiras (Fonseca, 2010).

No ano de 2000 assinalaram-se os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Entre as várias comemorações nos dois lados do Atlântico, houve visitas mútuas, das quais resultou um novo acordo entre os dois países – o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que vem revogar o tratado de 1953 (Fonseca, 2010). Durante os anos 90 e princípios dos anos 2000, o investimento português no Brasil cresceu fortemente (Sousa, 2010: 29). Tanto um país como o outro souberam tirar partido de fenómenos como a “globalização da economia e do comércio internacional” ou do facto

de ambos estarem integrados em dois blocos comerciais importantes – a UE e o MERCOSUL –, o que fez com que o interesse mútuo crescesse (Sousa, 2010: 29; Fonseca, 2010).

A CPLP é um ponto fulcral no relacionamento entre ambos os países, que continuam muito empenhados no seu desenvolvimento e promoção, de forma a não perder a ligação linguística, histórica e cultural (Fonseca, 2010). O facto de Portugal ter uma grande comunidade brasileira residente e do Brasil também possuir uma considerável comunidade portuguesa faz com que a necessidade de cooperação entre os dois países seja ainda maior.

Atualmente, tal como podemos ler no portal da Internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o Brasil é uma das maiores economias mundiais (Portal Diplomático, s.d.f). Destaca-se por várias razões: é um território com uma grande dimensão geográfica e populacional, com uma posição central no Sul do Atlântico; tem importantes recursos minerais e energéticos, e uma indústria em crescimento (Leal e Ribeiro, 2015: 64). Isto faz com que este seja um espaço atrativo “para a internacionalização das empresas portuguesas” (Portal Diplomático, s.d.f).

Por outro lado, “no âmbito da UE, Portugal tem sido um dos Estados-membros mais empenhados em que as relações transatlânticas (...) permaneçam prioridades (...)” (Portal Diplomático, s.d.f). Aliás, Portugal foi o grande promotor da realização da primeira Cimeira UE-Brasil, durante a sua presidência da União. Ainda relativamente à cooperação dos dois países através das organizações regionais, de acordo com o *website* oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “o governo português apoia as negociações para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia” (Ministério das Relações Exteriores, s.d). É de salientar, ainda, o facto de Portugal apoiar vivamente a campanha do Brasil para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Porém, este bom relacionamento entre os dois “países irmãos” também tem os seus pontos baixos. É sabido que é uma “prioridade estratégica” do Brasil a sua afirmação como “guardião (*gatekeeper*) regional” do Atlântico Sul (Reis, 2015: 24). Aliás, está bem vincada na política externa brasileira a ambição de construir uma verdadeira identidade sul-atlântica (Almeida, 2019), bem como de constituir o Sul do Oceano

Atlântico como uma “comunidade de segurança diferenciada e separada do Atlântico Norte, em que o Brasil seria a maior potência” (Reis, 2018: 118). Para isso, foi criada a ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em 1986. Poderá pensar-se que esta era uma boa oportunidade para se estabelecer uma relação entre esta e a já antiga aliança do Atlântico Norte – a NATO; no entanto isso nunca se chegou a verificar, dado que, nas palavras de Bruno Cardoso Reis (2015: 24), o Brasil nega qualquer “legitimidade política à presença militar (...) de potências exteriores à região”. Esta recusa em deixar que outras potências, nomeadamente as do Norte do Atlântico, assumam um papel mais preponderante no Sul foi bem vincada quando o então Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, numa intervenção no Instituto da Defesa Nacional de Portugal, afirmou que seria “‘inapropriado’ associar o Atlântico Norte ao Atlântico Sul”, pois as “questões de segurança de ambos os oceanos eram notoriamente distintas” (Jobim, 2010, citado em Seabra, 2010). Aqui vemos a tal desconfiança com que os países do Sul – neste caso o Brasil – ainda olham para as intenções da NATO em se conectar mais com o Atlântico Sul. Além disso,

“The fact that the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), Brazil’s pet-project for the region, was treated with indifference in the north did not help the case either”¹¹ (Seabra, 2014).

Esta situação assume contornos mais complicados quando, tal como explica Pedro Seabra (2010), verificamos que a ideia de que a NATO reforce a sua atenção para com o Atlântico Sul partiu de Portugal. Daqui podemos deduzir que esta vontade de Portugal em conjugar vários pontos da sua agenda de política externa – ambicionando uma posição mais destacada no seio da NATO, através do facto de possuir uma melhor ligação com alguns países do Atlântico Sul – poderá ter efeitos nefastos no relacionamento bilateral com o Brasil, que é completamente contrário à ingerência de potências da NATO no seu espaço de influência (Reis, 2015: 25). Embora esta seja, ainda, a posição do Brasil em relação à NATO e aos países que a compõem, de acordo com Pedro Seabra,

¹¹ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

“Both Brazil and NATO should recognize the wisdom of spending some of their efforts in fixing communication channels. (...) Both parties should admit that the time has come for an actual significant dialogue regarding the South Atlantic”¹² (Seabra, 2010).

Posto isto, concluímos que as relações entre os dois países são, atualmente e acima de tudo, marcadas por uma forte amizade e um grande respeito e apoio mútuos. Os países irmãos acabam por cooperar tanto a nível bilateral, como a nível multilateral através das várias organizações em que se inserem (Fonseca, 2010). É, portanto, de extrema importância continuar a desenvolver esta boa relação entre dois países que, apesar de separados por um grande oceano e de terem algumas divergências em relação a certos pontos relacionados com a segurança do mesmo, se continuam a considerar irmãos.

b) A ligação de Portugal com Angola

A expansão portuguesa no continente africano iniciou-se com a conquista de Ceuta, em 1415. Ao longo do século XV os portugueses foram rumando a sul, colonizando apenas as zonas costeiras do Atlântico Ocidental, como Angola e a Guiné-Bissau, e as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Como explica Luís Saraiva (2019: 110), “os portugueses, estando mais interessados em criar bases de apoio para a sua rota da Índia, não pretendiam penetrar muito no interior de África”. Nos primeiros séculos de colonização destes territórios africanos, a principal atividade aí desenvolvida, para além de servirem como portos de apoio, era o comércio de escravos (Pinto, 2005: 189). O destino desses escravos africanos eram as plantações de cana-de-açúcar e de café do Brasil. Até meados do século XIX, altura em que foi oficialmente abolido todo o tipo de escravatura por parte de Portugal, foi este o único propósito das colónias africanas. Foi apenas no fim do século XIX que se começou de facto a colonizar os territórios africanos, sendo que a independência do Brasil, ainda em 1822, foi uma das motivações para tal (Paiva, 2019: 31). Estabeleceram-se, então, várias relações económicas com as colónias de África, sendo que Portugal importava, essencialmente,

¹² Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

matérias-primas, e exportava para as mesmas, produtos já produzidos (Pinto, 2005: 193-202).

Tal como durante a monarquia constitucional, também na Primeira República se manteve o destaque dado ao império colonial em matéria de política externa. Um dos exemplos mais relevantes é o facto de uma das razões para Portugal entrar na Primeira Guerra Mundial ter sido a defesa dos territórios em África (Teixeira, 2004: 100). A manutenção das relações económicas com as colónias também mereceu continuidade.

Quando em 1933 se instituiu o Estado Novo, António de Oliveira Salazar manteve a defesa intransigente do império colonial como um dos objetivos principais da política externa portuguesa (Teixeira, 2004: 102). As relações económicas mantinham-se da mesma forma – as colónias forneciam “produtos agrícolas e matérias-primas” e serviam de mercado de escoamento dos produtos portugueses (Pinto, 2005: 201).

Numa altura em que o sistema internacional era cada vez mais a favor da autodeterminação dos povos e em que os vários impérios coloniais europeus iam conhecendo o seu fim, Portugal enfrentava várias pressões internacionais para iniciar a descolonização dos seus territórios ultramarinos. Salazar nunca cedeu a tais pressões e a hostilidade relativamente ao Estado português não parava de aumentar. Em 1961 eclode a Guerra Colonial em três dos territórios africanos – Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Portugal vê-se, assim, “envolvido em três conflitos de descolonização, em três teatros de operações diferentes” (Teixeira, 2004: 110). A Guerra Colonial e os seus horrores foram alguns dos fatores que motivaram a Revolução do 25 de abril de 1974, que viria a pôr fim ao regime ditatorial e a instaurar, finalmente, uma democracia em Portugal.

Uma das primeiras prioridades do novo regime foi a descolonização dos territórios africanos, já que, à luz dos novos valores de democracia, abertura ao exterior e autodeterminação, a manutenção de um império colonial não fazia sentido. Assim, “ainda em 1974, iniciam-se as negociações com vista à descolonização dos territórios coloniais” (Teixeira, 2004: 112). A Guiné-Bissau, que já tinha declarado unilateralmente a independência em 1973, foi o primeiro Estado a vê-la reconhecida por Portugal. Seguiram-se os restantes territórios (Teixeira, 2004: 113). O processo de descolonização portuguesa foi, portanto, muito rápido. Mas essa rapidez não foi sinónimo de sucesso,

uma vez que o processo foi conturbado e acabou por resultar em guerras civis nalgumas das ex-colónias. Em Angola, por exemplo, a guerra civil iniciou-se em 1975 e só terminou em 2002.

Desde as independências das ex-colónias até aos dias de hoje, as relações entre Portugal e os PALOP têm sido marcadas pela vontade em cooperar nas mais variadas áreas, uma vez África emergiu como “uma preocupação fundamental para os decisores políticos portugueses” (Paiva, 2019: 31). Essa vontade faz-se com base nos laços históricos, culturais e linguísticos que para todos os efeitos Portugal partilha com esses países (Portal Diplomático, s.d.g). Além disso, “as relações pós-coloniais portuguesas em África (...) ganham mais relevância e amplitude quando interligadas a outros vértices da política externa portuguesa, tais como a Europa ou o Atlântico” (Raimundo, 2019: 16).

Por razões de praticidade e porque não é possível abordar todos os tópicos e todas as relações entre Portugal e as suas ex-colónias, dada a extensão a que esta investigação obriga, neste relatório dar-se-á mais destaque à relação com Angola. Isto também porque Angola constitui hoje um importante ponto no Atlântico Sul e porque é uma das economias mais emergentes do continente africano. Posto isto, analisemos agora a relação entre Angola e Portugal desde a independência do país, em 1975.

Desde meados da década de 2000 que Portugal tem vindo a demonstrar cada vez mais interesse em Angola. Este interesse encontra as suas razões no facto de Angola ser um país com uma economia crescente, mas também por possuir importantes recursos energéticos (Seabra e Gorjão, 2011), sendo que Portugal está atualmente a procurar diversificar os seus fornecedores de petróleo e gás natural. A produção de petróleo em Angola tem vindo a aumentar, com o petróleo a representar “90% das exportações (...) e cerca de 80% do seu PIB” (Leal e Ribeiro, 2015: 66). É importante referir também que Angola é um dos membros da OPEP.

Apesar de a relação entre ambos ainda ser marcada pelas questões do colonialismo, os últimos anos têm vindo a evidenciar um “contacto político revitalizado entre Angola e Portugal” (Seabra e Gorjão, 2011). Houve já várias visitas de altas entidades de parte a parte, que serviram essencialmente para reforçar o interesse económico tanto de Portugal em Angola, como de Angola em Portugal. A ajuda portuguesa ao desenvolvimento de Angola também aumentou:

“assistance in the health and education sectors, institutional strengthening, human resources training, social reintegration and employment promotion were the main target areas” ¹³ (Seabra e Gorjão, 2011).

	Angola	Cape Verde	Guinea-Bissau	São Tomé and Príncipe	Total
2003	1947	84	698	47	2776
2004	1605	170	1193	126	3094
2005	4275	1034	-	334	5643
2006	1876	1159	-	553	3588
2007	2969	511	-	398	3878
2008	1673	288	-	507	2468
2009	2324	526	-	688	3538
2010	1829	495	-	531	2855
Total	18,498	4267	1891	3184	27,840

Source: Ministério da Defesa Nacional (2003–2010).

Merece ainda destaque a cooperação técnico-militar, sendo que Portugal foca-se no treino e no reforço das capacidades

Figura 2 - Número de militares treinados por Portugal nos países lusófonos do Atlântico Sul (2003-2010)

Fonte: Seabra, 2014

logísticas e administrativas das forças armadas angolanas (Seabra e Gorjão, 2011). Na Figura 1 vemos a quantidade de militares que foram treinados por Portugal entre 2003 e 2010 nos países lusófonos do Atlântico Sul, alertando para os números relativos a Angola (Seabra, 2014). Relativamente a missões internacionais das Forças Armadas e de Segurança portuguesas em Angola destacam-se a participação na UNAVEM II, na UNAVEM III e na MONUA, todas no âmbito das Nações Unidas¹⁴.

Mesmo assim, é em termos económicos que a cooperação entre Angola e Portugal é mais elevada. Angola é, por exemplo, um dos maiores consumidores do mercado português. Além disso, são inúmeras as empresas portuguesas com presença em Angola, onde fazem avultados investimentos. A presença de empresas angolanas em Portugal também tem vindo a crescer, nomeadamente no setor bancário (Seabra e Gorjão, 2011).

Os laços económicos são, portanto, a força maior por de trás das relações entre os dois países. Contudo, têm vindo a ser feitos alguns esforços para cooperar noutras áreas. Os laços históricos e culturais estão, por exemplo, na base da cooperação multilateral no âmbito da CPLP (Seabra e Gorjão, 2011). A cooperação multilateral é também feita através da ONU, onde Portugal apoiou a campanha para Angola se

¹³ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

¹⁴ Para mais informações acerca destas missões, consultar os Anexos A e B.

estabelecer como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2003/2004, tal como Angola apoiou Portugal para o mesmo efeito em 2011/2012 (Seabra e Gorjão, 2011). Relativamente à UE, Angola vê a participação de Portugal nesta organização como uma oportunidade para reforçar e estabelecer relações com o resto da Europa. Portugal, por seu lado, tem promovido a importância do estabelecimento de relações com os países africanos no seio da UE (Seabra e Gorjão, 2011; Seabra, 2019: 95). Exemplo disso foi a realização da primeira cimeira UE-África durante a presidência portuguesa da União.

Desta forma, é fácil perceber a importância de Portugal estabelecer os melhores contactos com este país africano, que está em rápido crescimento e que possui vastos recursos minerais e energéticos. Esses contactos devem, evidentemente, ser promovidos com base nos laços comuns que ligam os dois países.

c) Análise da política externa de Portugal para o Brasil e Angola

Tal como referiu a então Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, no Seminário “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”, ocorrido no IDN em fevereiro de 2019, o Atlântico é um ponto de convergência de alguns dos interesses de política externa de Portugal, uma vez que materializa duas vertentes importantes – os EUA e a Lusofonia. Após 1976 passou a ser claro que a política externa portuguesa se iria concentrar na “possibilidade de conciliação de interesses entre o Ocidente/Norte (...) e o Sul Global”, vendo isso como uma “mais-valia específica da diplomacia portuguesa” (Reis, 2018: 121).

Com a descrição feita acima podemos concluir que a política externa de Portugal, tanto para o Brasil como para Angola, se pauta pela vontade em aumentar a cooperação em diversas áreas com esses países. Essa cooperação é mais visível no plano económico, com os vários investimentos de Portugal nos dois países e desses em Portugal. Outra dimensão da política externa são as visitas de Estado dos vários líderes de Portugal a Angola e ao Brasil, bem como desses a Portugal, sendo que estas são um importante instrumento de política externa usado pelos Estados na cooperação entre si (Fonseca, 2010). Outra dimensão da cooperação entre Portugal e o Brasil e Angola é a que diz

respeito às importantes comunidades portuguesas presentes nesses países, sendo que as comunidades brasileiras e angolanas em Portugal são de dimensão considerável.

Já a cooperação técnico-militar é mais observável para com os países africanos de língua portuguesa. Pedro Seabra explica que há dois objetivos essenciais para que a cooperação técnico-militar seja frequente:

“On one hand, ensuring the internal stabilization and consolidation of the countries receiving this assistance (...)”, “on the other hand, such processes must also be compatible with the principles of democracy, good governance, transparency and the rule of law, thereby facilitating local development”¹⁵ (Seabra, 2014).

Este tipo de cooperação levada a cabo no Atlântico Sul é visível, através da participação de Portugal em projetos como o “Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea (CRIMGO)” ou a Estratégia Regional da UE para o Golfo da Guiné, em 2014 (Seabra, 2014). São ainda várias as participações das Forças Armadas e de Segurança portuguesas em missões e operações de paz na costa ocidental africana, no âmbito das Nações Unidas (Branco, 2015), da UE e da NATO¹⁶, o que demonstra a preocupação de Portugal com a manutenção da segurança e estabilidade na região. Estas participações servem também de exemplo de um instrumento de política externa cada vez mais usado por Portugal.

Posto isto, passemos agora à análise da política externa portuguesa para estes países. Portugal é, então, um país que essencialmente aposta na cooperação multilateral, e que se empenha profundamente nas organizações das quais faz parte. Bilateralmente, é um país que gosta de cooperar com os que lhe são mais próximos por razões históricas, linguísticas e culturais, apostando no desenvolvimento de fortes laços com os mesmos. Além disso, segundo Bruno Cardoso Reis,

“a principal prioridade da grande estratégia de Portugal como um país de território reduzido e de fracos recursos (...) é a inserção em alianças que lhe deem o suplemento de poder e segurança que por si só sente não poder garantir” (Reis, 2018: 121).

¹⁵ Manteve-se o texto original de forma a que não se perca o verdadeiro sentido da citação.

¹⁶ Para mais informações acerca da participação das forças armadas e de segurança de Portugal em países da costa ocidental africana, consultar o Anexo A e B.

Aqui vemos traços de um certo liberalismo, já que Portugal prefere juntar-se a alianças para conseguir alcançar certos objetivos que sozinho não conseguiria. Essas alianças passam tanto pela integração na NATO, numa lógica de atuação no Atlântico Norte, como pela participação na CPLP, mais orientada para a participação no Atlântico Sul. O liberalismo diz-nos, também, que os países acreditam na possibilidade de harmonia no sistema internacional, bem como na possibilidade de interação dos vários atores do mesmo, através de coligações ou alianças. A inserção e ativa participação de Portugal em várias organizações internacionais, como a UE, ou as já referidas NATO e CPLP, assim como a forte aposta no multilateralismo – como aliás já foi abordado no primeiro capítulo do presente relatório – refletem, por isso, características do liberalismo na política externa portuguesa. Outro dos traços que evidencia características mais idealistas na maneira como Portugal atua lá fora é a vontade em cooperar nas mais variadas áreas – saúde, educação, economia, militar, entre outras –, especialmente com os países que lhe são próximos, como os PALOP.

Porém, também podemos analisar esta forma de fazer política externa à luz do construtivismo. O construtivismo explica-nos que os países atuam conforme a sua visão da realidade internacional e de acordo com as características da sua cultura e os seus valores. Portugal, e os seus líderes, olham para a realidade internacional como um espaço onde se pode cooperar, tanto bilateralmente como multilateralmente. Essa cooperação deve ser incentivada para que as relações internacionais sejam mais fáceis entre os países. Este entendimento é, claramente, influenciado pelas características da própria cultura portuguesa e dos seus valores – cooperação, bom relacionamento com os outros, e aposta nas relações de amizade para com o outro.

Em relação aos modelos de política externa que podemos identificar na política externa portuguesa para com os países do Atlântico Sul, em especial o Brasil e Angola, destacam-se o modelo das organizações burocráticas e o modelo dos pequenos grupos.

A aplicação do modelo das organizações burocráticas explica-se da seguinte maneira: as decisões de política externa resultam da sua discussão num contexto organizacional – entre ministérios e entre esses e os líderes; há certos procedimentos a efetuar quando se tomam as referidas decisões. Como já vimos no primeiro capítulo, este modelo tem por base a filosofia de que a política externa é um serviço público (Hill,

2016: 89). No caso da política portuguesa para o Brasil e para Angola, sabemos que, à semelhança de qualquer decisão de política externa, as decisões passam por um processo político de avaliação das mesmas, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os restantes ministérios, e entre estes e o Chefe de Estado e/ou de Governo.

Já no que toca ao modelo dos pequenos grupos, é sabido que segundo este as decisões são tomadas por “unidades de decisão” que podem ser compostas por dois ou mais intervenientes, podendo mesmo ser um parlamento. É exatamente neste último exemplo que recai a explicação para a aplicação deste modelo à política externa portuguesa – o parlamento português também é um decisor de política externa, pois tem poder de voto sobre várias políticas para com os parceiros do sistema internacional.

Assim sendo, podemos concluir que a política externa portuguesa para o Atlântico Sul, em especial para o Brasil e Angola, é caracterizada por linhas liberais, mas de igual forma com alguns traços construtivistas. Os modelos que melhor se lhe aplicam são o das organizações burocráticas, dada a forma como o processo de decisão está organizado em Portugal, bem como o modelo dos pequenos grupos, se considerarmos que a Assembleia da República tem voto em matéria de política externa.

CAPÍTULO 3: O estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional

O presente relatório decorre de um estágio curricular de seis meses no Instituto da Defesa Nacional. A escolha desta instituição para a realização do estágio prende-se com o seu prestígio e importância no panorama da investigação nas áreas da segurança, defesa e de outros assuntos nacionais e internacionais, temas esses abordados no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

Segue-se uma breve descrição da instituição, das suas funções e missões, da sua estrutura e ainda das atividades desenvolvidas durante o estágio, algumas das quais de especial pertinência para a investigação do tema aqui desenvolvido.

3.1. História e missão

A instituição que hoje é o Instituto da Defesa Nacional foi fundada em 1967, ainda durante o Estado Novo, sob o nome de Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional – IAEDN (IDN, 2019). Iniciou as suas atividades dois anos mais tarde, em 1969, e tinha como principal objetivo “estudar e difundir, entre os militares dos três ramos das Forças Armadas, os grandes problemas da Defesa e interessar altas entidades civis nos mesmos problemas” (Alves, 2014: 13). Foi apenas depois da Revolução dos Cravos que o instituto reabriu com o nome de Instituto da Defesa Nacional, pelas ordens do então Presidente da República, o General Ramalho Eanes (Couto, 2014: 49).

Atualmente, a missão do IDN centra-se no “apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa”, tal como podemos consultar no *website* oficial do instituto (IDN, 2019). O IDN pretende ainda “promover e reforçar as relações civis-militares” e sensibilizar a sociedade para temas como a segurança, a defesa e as Relações Internacionais, de modo a formular uma “consciência nacional de segurança e defesa” (IDN, 2018: 21-22). Propõe-se também a ser o “principal centro português de pensamento estratégico”, algo que é evidente nas contribuições que faz para o

desenvolvimento do Conceito Estratégico de Defesa Nacional¹⁷. Assim, o instituto desenvolve e apresenta diversas atividades de entre as quais podemos destacar: os vários estudos, relatórios e investigações desenvolvidos para apoiar as tomadas de decisão do Ministro(a) da Defesa Nacional; a realização de inúmeros seminários e conferências públicas, com a participação de entidades nacionais e internacionais, que promovem o debate público das temáticas trabalhadas pelo instituto; a cooperação com instituições do mesmo tipo a nível internacional; a realização de diversos cursos de formação sobre segurança e defesa, destinados à população em geral; a sensibilização para as referidas temáticas junto da sociedade, através de ações de formação e palestras; e a publicação de revistas científicas, monografias e outro tipo de publicações, sobre temas da atualidade nacional e internacional (IDN, 2018: 25).

3.2. Estrutura atual

O IDN é um organismo público, sendo um serviço central da Administração Direta do Estado, que pertence ao Ministério da Defesa Nacional e tem autonomia a nível administrativo e científico (IDN, 2018: 21). Ao todo, o instituto tem, atualmente, 52 trabalhadores: possui um cargo de direção superior e um de direção intermédia de primeiro grau, ocupados por militares ou por civis; 25 trabalhadores civis; e 25 militares das Forças Armadas (IDN, 2018: 131). Integram o IDN outros “5 contratados em regime de prestação de serviços, por avença” (IDN, 2018: 131). No início do estágio, o cargo de direção era ocupado pelo Major-General Vítor Rodrigues Viana. Em julho de 2019, assumiu esse cargo a Professora Doutora Helena Carreiras tornando-se na primeira mulher a assumir a direção do instituto.

Em termos de distribuição dos efetivos por género, temos uma maioria do sexo masculino – 65,38%, segundo dados de 2018 –, sendo a percentagem de mulheres de 34,62% (IDN, 2018: 133). A média de idades é de 53,2 anos, não havendo efetivos com

¹⁷ Os números 28 e 31 das publicações Atena – “Contributos Para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional” e “Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013: Contributos e Debate Público” respetivamente – são exemplos dos contributos feitos pelo IDN para a formulação do mais recente Conceito Estratégico de Defesa Nacional, datado de 2013.

menos de 30 anos, o que nos permite afirmar que se trata de uma estrutura um pouco envelhecida.

Na Figura 2 podemos consultar o organograma do instituto, que nos dá uma breve ideia do seu funcionamento. Analisando o mesmo, conclui-se que a direção do instituto é apoiada por um Conselho Científico e por unidades de acompanhamento, e dela dependem os vários departamentos, bem como os assessores e a Delegação do IDN no Porto. Entre esses departamentos encontram-se o Núcleo de Informática – NIFOR, o Núcleo de Segurança e Relações Públicas – SEREP, o Centro de Estudos e Investigação – CEI, que é composto por uma equipa multidisciplinar, e a Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos – DSPGR, que se divide entre a Divisão de Planeamento, Edições e Biblioteca e a Divisão de Gestão de Recursos. Destas Divisões, dependem outros pequenos núcleos com funções mais específicas, tal como podemos ver na figura.



Figura 3 - Organograma do Instituto da Defesa Nacional

Fonte: IDN, s.d.

3.3. Atividades desenvolvidas durante o período de estágio

Durante os seis meses de estágio no IDN foi possível assistir e participar em diversas atividades desenvolvidas pelo instituto. Algumas dessas atividades revelaram-se particularmente interessantes e importantes para a investigação desenvolvida no presente relatório.

Começamos por uma breve descrição das várias atividades, seguindo uma ordem cronológica¹⁸. O estágio teve início no dia 11 de fevereiro de 2019. Uma das primeiras funções atribuídas foi apoiar a organização e preparação das ações de formação levadas a cabo no âmbito do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, coordenadas pelo Professor António Paulo Duarte. Seguiu-se o apoio na organização e a participação em dois seminários – Seminário Internacional sobre “Proliferação e Controlo de Armamentos” e Seminário Internacional “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”, este último revelando-se muito útil para a recolha de informação para a investigação aqui apresentada. Ao longo de todo o período de estágio, apoiou-se também a organização e preparação de dois Grupos de Estudos – um sobre a Europa, coordenado pela Professora Isabel Nunes, e outro sobre a Segurança Energética, coordenado pelo Professor António Paulo Duarte. No mês de março iniciou-se o X Curso de Gestão Civil de Crises, sob coordenação do Coronel Campos, que durou até maio, e no qual se contribuiu para a sua organização e para a preparação do exercício prático integrado no mesmo. No fim março, houve uma visita do Colégio de Defesa da NATO ao IDN, na qual foi possível participar, ajudando na sua preparação e assistindo às palestras que fizeram parte do programa.

Entre o fim do mês de março e o início de abril aconteceram, em Faro, as II Jornadas Descentralizadas da Segurança e Defesa Nacional, organizadas pelo Coronel Marinho Pereira. Estas incluíram uma série de atividades, como o Curso Intensivo de Segurança e Defesa, uma conferência sobre “O Papel das Forças Armadas no Portugal do século XXI”, e um seminário subordinado ao tema “O Mar: um Ativo Estratégico Nacional”. A participação na organização e a possibilidade de assistir a estas atividades

¹⁸ Uma descrição mais detalhada das atividades realizadas durante o estágio pode ser consultada no Anexo C.

foram extremamente importantes para a recolha de informação para a investigação desenvolvida, com especial destaque para a participação no seminário sobre o mar – temática intimamente ligada à que aqui se expôs.

Durante os meses de abril e maio ocorreram também os Cursos Avançados de Estudos Regionais, os quais integraram uma série de palestras sobre as várias regiões do globo, e onde também foi dado apoio na sua organização. Em maio decorreu o VI Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, sob coordenação do Coronel Barbas, onde para além da ajuda na sua preparação, foi também possível participar nas conferências nele integradas. No fim do mesmo mês decorreram os Colóquios Internacionais C4, onde participaram organizações idênticas ao IDN vindas de Espanha, França e Itália. Aqui também foi dado apoio na organização do evento, que decorreu no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras.

No mês de junho, organizou-se outro seminário internacional, cujo tema foi “Thinking Today’s World”, sob coordenação da Professora Isabel Nunes, e ao qual houve a possibilidade de assistir e recolher alguma informação importante para o presente estudo. Além disso, preparou-se também o exercício prático integrado no VI Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, decorrido em maio. No mês de julho foi dado algum apoio na organização do próximo Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, a decorrer em setembro de 2019, e do próximo Curso Intensivo de Segurança e Defesa a decorrer em novembro do mesmo ano, nos Açores. Durante o resto do mês não houve atividades a registar, sendo que o tempo de estágio foi utilizado para o desenvolvimento deste relatório. O estágio terminou no dia 2 de agosto de 2019.

3.4. Contributos do Instituto da Defesa Nacional para a produção de conhecimento acerca do Atlântico Sul

Tendo em conta que o tema base do presente relatório é “A Política Externa Portuguesa para o Atlântico Sul: Os Casos do Brasil e de Angola”, importa perceber quais os contributos do IDN para a produção de conhecimento nesta área. Segundo o *website* oficial do instituto, o IDN leva a cabo uma investigação na área da segurança transatlântica, analisando “o conjunto de políticas, doutrinas, mecanismos institucionais

e capacidades empregues na resolução de desafios e na contenção de ameaças internacionais no espaço transatlântico” (IDN, 2020b). Além disso, relativamente ao Brasil e Atlântico Sul, o IDN “acompanha a situação atual e perspectivas futuras de evolução regional”, promovendo “o entendimento dos interesses nacionais no domínio das relações com o Brasil e com países do Atlântico Sul em matéria de política externa, de segurança e de defesa” (IDN, 2020b). Já em relação ao continente africano, o instituto promove a investigação

“no quadro da conflitualidade, da diplomacia preventiva, do nexus segurança e desenvolvimento, da gestão de crises, dos processos de reforma do setor de segurança e do desarmamento, desmobilização e reintegração. Acompanha o desenvolvimento de várias parcerias regionais multilaterais e bilaterais de cooperação nos domínios da segurança e defesa” (IDN, 2020b).

O IDN é um instituto que, como já vimos, realiza diversos eventos – palestras, seminários, conferências – sobre os mais variados temas. Nos últimos anos houve vários destes eventos cujos temas se relacionam com a temática abordada neste relatório. São exemplo disso os seguintes: o Ciclo de Conferências “Contributos para uma Estratégia Nacional”, em 2008; a conferência “A Política de Defesa de Angola”, parte do Ciclo de Conferências “Visões Globais para a Defesa”, em junho de 2011; a conferência “Brasil - A Nova Defesa: reestruturação do Ministério da Defesa”, em março de 2012; o Ciclo de Conferências “Vetores do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013”; o Seminário “O Mar como fator de desenvolvimento e Segurança Nacional”, realizado em 2008; o Seminário Internacional “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, realizado em setembro de 2010; o Seminário “Cooperação Portugal-Brasil para a Segurança Energética”, em novembro de 2012; o Seminário “A CPLP e a Nova Geografia da Energia Mundial”, em junho de 2013; em junho de 2014, o Seminário Internacional sobre “A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento”; em novembro de 2014, o Seminário “O Mar e os laços da Lusofonia: desafios e oportunidades no contexto económico-industrial e da segurança marítima”; e o IV Seminário Internacional sobre Segurança Transatlântica, em janeiro de 2018. Por último destacamos os dois seminários que mais contribuíram para a inspiração para a realização do presente relatório, e aos quais foi possível assistir e tirar notas: o Seminário “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”, realizado no dia 27 de fevereiro de 2019,

e o Seminário “O Mar: um ativo estratégico nacional”, do dia 3 de abril de 2019 (IDN, 2020).

É também frequente a realização de mesas redondas e *workshops*, como a Mesa Redonda subordinada ao tema “A União Europeia e as relações com África”, realizada em outubro de 2007, ou o *Workshop* Internacional “Integração de género nas Academias Militares em Portugal e no Brasil”, realizado em janeiro de 2020 no âmbito da “assinatura de um memorando de entendimento com a Fundação Getúlio Vargas” (IDN, 2020). Este memorando entre o IDN e a Fundação Getúlio Vargas tem como finalidade a “cooperação nos planos do intercâmbio de investigadores, de material documental e de pesquisa, dos projetos de investigação e realização de eventos conjuntos” (IDN, 2020a).

O IDN também realiza diversos cursos intensivos e tem parcerias com algumas universidades para a realização de pós-graduações. Exemplo disso é a Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança, em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Nesta pós-graduação são abordados diversos temas sobre a segurança e defesa nacional e sobre geopolítica e geoestratégia. O Atlântico Sul é, juntamente com outras, uma das regiões estudadas no âmbito da mesma. Relativamente a outros cursos que o IDN oferece e que podem estar relacionados com o tema do Atlântico Sul, destacam-se o Curso de Defesa Nacional, realizado anualmente, pela sua abrangência em relação aos temas da segurança, defesa e Relações Internacionais; os Cursos Intensivos de Segurança e Defesa, também abrangentes relativamente aos mesmos temas; o Curso de Defesa para Jovens, na mesma linha dos anteriores; e o Curso Avançado de Geopolítica, pelo seu foco em cada área geopolítica de importância no mundo (IDN, 2020).

O IDN é, igualmente, responsável pela publicação de diversas obras e revistas científicas sobre as temáticas das Relações Internacionais, da segurança e da defesa. As mais relevantes são as publicações *Nação e Defesa* e as edições *Atena*. Destas destacamos, da série *Nação e Defesa*: “Portugal e o Mar”, de 2004; “O Mar no Pensamento Estratégico Nacional”, de 2009, consultado para a realização do presente relatório; “O Mar no Espaço da CPLP”, de 2011; “Segurança em África”, de 2012; “Brasil”, de 2014; e “Geopolítica Aplicada”, de 2018, também consultado para o presente

relatório. Das edições *Atena*, merecem destaque: “Contributos Para Uma Estratégia Nacional”, de 2009; “O Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013: Contributos e Debate Público”, de 2013; e “O Brasil e os Desafios do Sistema Internacional”, de 2018, consultado para a realização deste relatório. Em relação às publicações *IDN Cadernos*, evidenciamos a importância das seguintes: “O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica” e “A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, ambas de 2011; e “América do Sul: Uma Visão Geopolítica”, e “A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional”, ambas de 2015, das quais a última foi consultada para a realização deste relatório.

Para além disso, o IDN é responsável pela produção de documentos de apoio às decisões do Ministro(a) da Defesa Nacional, contribuindo, assim, para a produção de políticas relativas à segurança e defesa, bem como às Relações Internacionais. Exemplos desses documentos são o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elaborado com base em estudos e sugestões dos assessores do IDN¹⁹, bem como o *working paper* “Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia”, de 2014.

São, portanto, variadíssimas as iniciativas levadas a cabo pelo IDN relativamente à produção de conhecimento para as áreas da segurança e defesa no Atlântico Sul. Tal como foi sendo mencionado ao longo deste ponto, algumas delas foram aproveitadas para a recolha de informação para a realização do presente relatório.

Posto isto, resta apenas saber qual a linha de pensamento do IDN em relação às políticas a serem adotadas para o Atlântico Sul. De uma maneira geral, podemos afirmar que o Instituto apoia fortemente o reforço da cooperação, tanto a nível bilateral como a nível multilateral, com os países do Atlântico Sul, particularmente com o Brasil e com Angola. As informações fornecidas ao Estado através dos contributos para a realização do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, bem como dos vários *policy papers*, sugerem que se adotem políticas nesse sentido – reforço das relações de amizade, aposta na continuidade da cooperação em várias áreas e em novas linhas de ação. Num desses *policy papers* podemos mesmo ler que “Portugal poderá capitalizar os seus ativos

¹⁹ Para mais informações consultar a publicação “O Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013: Contributos e Debate Público”, de 2013.

político-estratégicos de dupla pertença às comunidades lusófona e europeia, ao servir de ponte entre os países lusófonos e a Europa” (IDN, 2014), o que reflete bem essa posição.

3.5. Avaliação do estágio e sugestões

O estágio foi, acima de tudo, uma experiência extremamente enriquecedora, onde foi permitido desenvolver várias competências que poderão vir a ser muito úteis a nível profissional. Permitiu, portanto, ficar com uma noção das funções que se podem vir a desenvolver no futuro, apesar de estarem demasiado relacionadas com a administração e logística e não tanto com as Relações Internacionais e a Ciência Política.

O ambiente dentro da instituição é positivo e enriquecedor, na medida em que há a possibilidade de contacto com a comunidade académica e a comunidade militar, o que nos dá uma boa perspetiva da forma de pensar e atuar de cada parte. Além disso, há também a possibilidade de convívio com os vários conferencistas que se deslocam ao IDN e que vêm de várias realidades e regiões. O facto de podermos aceder a variadíssimos materiais de investigação, tais como monografias, revistas científicas, artigos, relatórios, entre outros, e também a uma das melhores bibliotecas na área das Relações Internacionais e da segurança e defesa é, também, de destacar. De referir ainda que a possibilidade de assistir às várias palestras, cursos, seminários e conferências foi essencial para a recolha de informação e inspiração para os temas a desenvolver no relatório. O IDN mostrou-se sempre disponível para fornecer informação não só sobre a instituição, como também sobre os temas estudados, para além de ter oferecido condições favoráveis à investigação.

Relativamente aos pontos a melhorar, destaca-se o facto de, como foi referido acima, as tarefas não estarem muito de acordo com o trabalho específico em Relações Internacionais, mas sim mais relacionadas com o apoio logístico e administrativo e de relações públicas. Embora o apoio à nossa investigação seja imenso, há um fraco enfoque nessa parte no que toca às funções desempenhadas.

Posto isto, seguem-se algumas sugestões que poderão ser consideradas futuramente. A primeira sugestão é centrar o foco do trabalho do IDN nas camadas mais

jovens da população, de forma a sensibilizar para as temáticas da política externa, da segurança e defesa e das Relações Internacionais. Outra sugestão passa por melhorar o trabalho de divulgação das várias atividades que ocorrem no instituto, promovendo assim o debate junto não só das entidades políticas e militares, como também da sociedade civil. Por fim, deve ser dada outra ênfase à componente das Relações Internacionais e da Ciência Política nos estágios curriculares, como por exemplo, dar oportunidade aos estagiários para apoiarem os assessores na investigação de conteúdos para a preparação de conferências, seminários, palestras; e permitir aos estagiários a intervenção nas mesmas com uma investigação ou trabalho seu, de forma a conhecerem melhor essa vertente do trabalho em Ciência Política e Relações Internacionais.

CONCLUSÃO

O presente relatório de estágio resultou de uma investigação levada a cabo durante o estágio curricular para a obtenção do grau de Mestre no Instituto da Defesa Nacional. O tema escolhido – a política externa portuguesa para o Atlântico Sul, em particular para o Brasil e para Angola – resulta do facto de o Atlântico Sul ser cada vez mais importante nas dinâmicas internacionais, por razões económicas e energéticas.

O conceito de política externa é difícil de explicar, dada a multiplicidade de definições existentes para o mesmo. Após uma revisão da literatura sobre o tema, podemos concluir que política externa é o conjunto de ações que um país leva a cabo no plano internacional, que lhe permitem atingir os seus objetivos externos. Assim, a análise de política externa é o campo de estudo do comportamento dos Estados no sistema internacional, bem como dos fatores que influenciam esse comportamento. A política externa de um país pode ser lida através das lentes das principais teorias das RI – realismo, liberalismo, construtivismo – bem como através de alguns modelos de análise de política externa.

A política externa portuguesa teve, até ao momento, três períodos principais – o medieval, o clássico e o democrático. Este último é caracterizado, essencialmente, por um equilíbrio entre a dualidade Atlântico-Europa. Segundo o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, a política externa portuguesa é, hoje em dia, composta por 6 eixos fundamentais – o Atlântico, a Europa, o espaço lusófono, as comunidades portuguesas, o multilateralismo e a internacionalização de Portugal. Esta forma de fazer política externa tem traços de um certo liberalismo, tendo em conta que Portugal aposta muito na multilateralidade e na inserção em várias alianças e organizações internacionais. Todavia, também podemos ler a política externa portuguesa através da lente do construtivismo, uma vez que a forma de o país de relacionar internacionalmente resulta da forma como os seus líderes e decisores políticos leem a realidade internacional.

Essa realidade internacional é, atualmente, marcada por alguma confusão, dado que apresenta várias dinâmicas em várias regiões. A região do Atlântico, na sua globalidade, é relativamente pacífica e, como já vimos, tem vindo a ganhar cada vez mais

importância. Porém ainda persiste alguma divisão entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, explicada pela desconfiança do Sul em relação às pretensões do Norte no seu espaço. É necessário fazer desaparecer essa desconfiança, e é precisamente aí que Portugal pode desempenhar um papel importante, já que tem uma ligação histórica, cultural e linguística com alguns países do Sul. Este papel de ponte é algo a ser devidamente explorado.

A forma como Portugal faz política externa neste espaço é, portanto, incrivelmente importante. Neste relatório foram analisados os casos do Brasil e de Angola, dada a sua crescente importância no espaço do Atlântico Sul, bem como a sua relação privilegiada com Portugal. Tanto para um país como para o outro, Portugal investe no reforço da ligação histórica e cultural, apostando na cooperação em diversas áreas – economia, cultura, educação, saúde, militar, entre outras. De entre as iniciativas de política externa para com estes Estados, destacamos as visitas de parte a parte e os avultados investimentos que Portugal realiza no Brasil e em Angola, e que estes realizam em Portugal. A cooperação multilateral através de plataformas como a CPLP também é valorizada. Outro aspeto importante é o apoio de Portugal ao reforço da ligação da UE com os países do Atlântico Sul, relembrando os seus parceiros europeus da importância que o Sul do Oceano Atlântico tem para a segurança económica e energética da Europa.

Para concluir, importa destacar o papel do IDN no panorama da investigação em termos estratégicos, de segurança e defesa, e ainda na área das Relações Internacionais. Uma das responsabilidades da instituição é a informação e o aconselhamento prestados ao Ministério da Defesa Nacional sobre a realidade internacional e a forma como Portugal se deve posicionar relativamente a certas questões internacionais. O IDN tem levado a cabo alguma investigação relativamente às dinâmicas do Atlântico Sul, e à relação entre Portugal, o Brasil e Angola. Relativamente a esse tema, o IDN reforça a necessidade de se apostar mais na cooperação com esses países e essa região do globo, no geral. Portugal só poderá desempenhar o papel de “ponte” entre o Norte e o Sul do Oceano Atlântico se se empenhar verdadeiramente numa forte ligação com esses países. Para isso, deve tirar um real partido das suas vantagens, que passam pela posição geográfica interessante e pelas relações privilegiadas que mantém com os mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

CEDN – *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013.

Lusa, 2018. Internacionalização e multilateralismo são traços da política externa portuguesa – MNE. *Diário de Notícias*. [online] 3 janeiro. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/internacionalizacao-e-multilateralismo-sao-tracos-da-politica-externa-portuguesa---mne-9021759.html> [Acedido em 11 novembro 2019].

Marcondes, D., 2019. Criminalidade no Atlântico Sul. Comunicação apresentada no seminário *Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica*, Lisboa, 27 fevereiro 2019.

Ribeiro, T., 2019. Comunicação apresentada no seminário *Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica*, Lisboa, 27 fevereiro 2019.

Silva, A. S., 2018. *O desenvolvimento da política europeia e externa de Portugal e os desafios para 2018*. [online] 3 janeiro 2018, Lisboa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=632077ca-9c57-4ad0-96af-e8ea9fca321e> [Acedido em 12 novembro 2019].

Silva, R. A., 2019. Comunicação apresentada no seminário *Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica*, Lisboa, 27 fevereiro 2019.

FONTES SECUNDÁRIAS:

Alves, J. L., 2014. Tenente-General José Lopes Alves [Secretário Permanente de 1969 a 1973, então Coronel CEM, do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN)]. Em: A. C. Couto, J. G. Leandro e A. P. Duarte eds. 2014. *Memória do Instituto da Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. 11-17.

Baylis, J., Smith, S. e Owens, P. 2017. *The Globalization of World Politics: An introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press.

- Branco, C. M., 2015. A Participação Portuguesa em Missões de Paz da ONU. *Relações Internacionais*, 47, pp. 101-126.
- Buchanan, C., 2015. Future Ocean Challenges for Portugal. Em: P. B. Graça, ed. 2015. *New Challenges of The Atlantic*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Pp. 67-75.
- Checkel, J. T., 2008. Constructivism and foreign policy. Em: S. Smith, A. Hadfield e T. Dunne, eds. 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, pp. 71-82.
- CIA, s.d. *ATLANTIC OCEAN*. [Online] Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_zh.html [Acedido em 19 março 2020].
- Couto, A. C., 2012. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, 132(5), pp. 238-246.
- Couto, A. C., 2014. Tenente-General Abel Cabral Couto [Subdiretor do Instituto da Defesa Nacional de 1 de dezembro de 1980 a 5 de julho de 1982]. Em: A. C. Couto, J. G. Leandro e A. P. Duarte eds. 2014. *Memória do Instituto da Defesa Nacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. 46-54.
- Cravinho, J. G., 2012. Novas Coordenadas da Política Externa Portuguesa. *JANUS 2011-2012*. [online] Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/956/1/Jo%3a3o%20Gomes%20Cravinho.pdf> [Acedido em 11 novembro 2019].
- Cunha, T. P., 2004. A Importância Estratégica do Mar para Portugal. *Nação e Defesa*. 108, pp. 41-52.
- Cunha, T. P., 2011. *Portugal e o Mar*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Dorani, S., 2019. The Groupthink Model. The Impact of Groupthink on Decision Making Case Study: The Afghanistan and Iraq Wars. *Political Reflection*, [online] Disponível em: http://politicalreflectionmagazine.com/wp-content/uploads/2019/07/PR_Issue20_A3.pdf [Acedido em 25 março 2020].

- Doyle, M. W., 2008. Liberalism and foreign policy. Em: S. Smith, A. Hadfield e T. Dunne, eds. 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, pp. 49-70.
- Fernandes, M., 2014. Geopolítica do Atlântico: A Atualidade do Triângulo Estratégico Português. Em: P. B. Graça e T. Martins, eds. 2014. *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico. 123-137.
- Fernandes, R., 2014. Portugal entre a Europa e o Atlântico. *Política Internacional e Segurança*, [online] Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/1626/1737> [Acedido em 20 março 2019].
- Fonseca, C., 2010. Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). *Revista Brasileira de Política Internacional*, [online] Disponível em: <https://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=2deddd4b-1f8c-4b7e-b87b-f5c44f24df07%40sessionmgr4008> [Acedido em 5 novembro 2019].
- Freire, M. R. e Da Vinha, L., 2015. Capítulo 1: Política Externa: Modelos, Atores e Dinâmicas. Em: M. R. Freire ed. 2015. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 15-61.
- Galito, M. S., 2019. *Ensaio Sobre Política Externa Portuguesa*. [online] Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp176.pdf> [Acedido em 11 novembro 2019].
- Gonçalves, W., 2010. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. Em: F. Sousa, P. Santos e P. Amorim, eds. 2010. *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: Fronteira do Caos e CEPESE. Pp. 99-120.
- Graça, P. B., 2018. Portugal e o Oceano Atlântico: os desafios estratégicos. *Economia & Empresas*, [online] Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lee/article/view/2592/2801> [Acedido em 23 março 2019].
- Haas, P. M., 1992. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, [online] Disponível em:

<http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Epistemic%20communities%20Haas.pdf> [Acedido em 25 março 2020].

Hill, C., 2016. *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. Londres: Palgrave.

Hudson, V. M., 2008. The history and evolution of foreign policy analysis. Em: S. Smith, A. Hadfield e T. Dunne, eds. 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, pp. 11-31.

IDN, 2014. *Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia*. [online] Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/policy_paper_5_geopolitica_da_energia_seguranca%20energetica_da_europa.pdf [Acedido em 25 fevereiro 2020].

IDN, 2018. *Relatório de Atividades de 2018*, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

IDN, 2019. *MISSÃO*. [online] Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=001&area=005> [Acedido em 11 junho 2019].

IDN, 2020. *EVENTOS*. [online] Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=020> [Acedido em 22 fevereiro 2020].

IDN, 2020a. *Assinatura de um Memorando de Entendimento com a Fundação Getúlio Vargas do Brasil*. [online] Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=022&cod=20012020x3#sthash.T6if0cXq.dpbs> [Acedido em 24 fevereiro 2020].

IDN, 2020b. *Linhas de Investigação*. [online] Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1306> [Acedido em 25 fevereiro 2020].

Leal, C. M. e Ribeiro, J. M. F., 2015. *As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o signo da Energia: Horizonte 2030*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Lima, B. P., 2016. *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mingst, K. A. e Arreguín-Toft, I. M. 2017. *Essentials of International Relations*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.

- Ministério das Relações Exteriores, s.d. *República Portuguesa*. [online] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5672-republica-portuguesa> [Acedido em 11 fevereiro 2020].
- Neack, L., 2008. *The New Foreign Policy: Power Seeking in a Globalized Era*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Nogueira, J. M. F., 2019. O Sul da América Latina: um Estudo de Geopolítica. *Nação e Defesa*. 151, pp. 26-44.
- Paiva, J. F., 2019. Capítulo 1. A Persistência duma Dimensão Africana na Política Externa Portuguesa: o Verdadeiro Consenso Nacional. Em: A. Raimundo, ed., 2019. *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos*. Lisboa: CEL-IUL, pp. 29-48.
- Palmeira, J., 2016. O Mar na Geopolítica de Portugal. *Biblos*, [e-journal] 2, pp. 117-125. http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_5.
- Palmeira, J., 2017. Europa “regressa” ao Atlântico. Em: Ribeiro, R., De Sousa, V. e Khan, S., eds. 2017. *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de Atas*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Pp. 238-247.
- Palmeira, J., 2019. Capítulo 9: Estratégia Multilateral Portuguesa na Ordem Global. Em: S. Fernandes e L. Simão, eds. 2019. *O Multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Pp. 213-237.
- Patrício, R., 2014. Política Externa. Em: N. C. Mendes e F. P. Coutinho, eds., 2014. *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Pp. 407-410.
- Pinto, J. F. 2005. *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático.
- Pontes, J. M. N. O., 2016. Política Externa Portuguesa: Bilateralismo e Multilateralismo. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, [online] Disponível em:

<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/lpis/article/view/2434/pdf> [Acedido em 25 julho 2019].

Portal Diplomático, 2018. *Política Externa*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/politica-externa> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.a *Assuntos Europeus*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/assuntos-europeus> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.b *NATO*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/defesa/nato> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.c *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/comunidade-de-paises-lingua-portuguesa> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.d *Comunidades Portuguesas*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/comunidades-portuguesas> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.e *Assuntos do Mar*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/assuntos-do-mar> [Acedido em 4 janeiro 2020].

Portal Diplomático, s.d.f *Américas*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/americas> [Acedido em 14 outubro 2019].

Portal Diplomático, s.d.g *África Subsariana*. [online] Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/africa-subsariana> [Acedido em 14 outubro 2019].

Raimundo, A., 2019. Introdução. *Política Externa Portuguesa em África: a Necessidade de um Olhar Renovado*. Em: A. Raimundo, ed., 2019. *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos*. Lisboa: CEI-IUL, pp. 13-28.

- Reis, B. C., 2015. *A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Reis, B. C., 2018. Brasil e Portugal: Divididos pelo Atlântico, Unidos pela Retórica? Em: P. Seabra e C. Fonseca, eds. 2018. *O Brasil e os Desafios do Sistema Internacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Pp. 109-129.
- Rizwan, A., 2009. An Introduction to Foreign Policy: Definition, Nature and Determinants. [blog] 2 agosto. Disponível em: <http://amerrizwan.blogspot.com/2009/08/introduction-to-foreign-policy.html> [Acedido em 25 março 2020].
- Sá, T. M., 2015. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, J. A. L., 2011. Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, 128(5), pp. 19-27.
- Santos, P. M. e Amorim, P., 2010. As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945). Em: F. Sousa, P. Santos e P. Amorim, eds. 2010. *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: Fronteira do Caos e CEPESE. Pp. 121-139.
- Saraiva, L. E., 2019. O Espaço da África Subsaariana. *Nação e Defesa*, 151, pp. 101-118.
- Seabra, P. e Gorjão, P., 2011. Intertwined Paths: Portugal and Rising Angola. *SAIIA Occasional Paper*, [online] Disponível em: https://www.academia.edu/4765268/Intertwined_Paths_Portugal_and_Rising_Angola_SIIA_Occasional_Paper_2011 [Acedido em 5 novembro 2019].
- Seabra, P., 2010. South Atlantic crossfire: Portugal in-between Brazil and NATO. *IPRIS Viewpoints*, [online] Disponível em: https://www.academia.edu/4958707/South_Atlantic_crossfire_Portugal_in-between_Brazil_and_NATO_IPRIS_Viewpoints_2010 [Acedido em 13 fevereiro 2020].
- Seabra, P., 2014. A case of unmet expectations: Portugal and the South Atlantic. *Portuguese Journal of Social Sciences*, [online] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269936632_A_case_of_unmet_expectations_Portugal_and_the_South_Atlantic [Acedido em 13 fevereiro 2020].

- Seabra, P., 2019. Capítulo 3. Um Produto de Tempos Passados? Portugal e África no Domínio Político-Diplomático. Em: A. Raimundo, ed., 2019. *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos*. Lisboa: CEI-IUL, pp. 73-99.
- Smith, S., Hadfield, A. e Dunne, T., 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press.
- Sousa, C. M. V., 2010. As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje. Em: F. Sousa, P. Santos e P. Amorim, eds. 2010. *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: Fronteira do Caos e CEPESE. Pp. 17-37.
- Teixeira, N. S., 1999. Portugal e a NATO: 1949-1999. *Nação e Defesa*, [online] Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62686262.pdf> [Acedido em 25 março 2020].
- Teixeira, N. S., 2004. Entre a África e a Europa: A Política Eterna Portuguesa, 1890-2000. Em: A. C. Pinto, ed. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Pp. 87-116.
- Teixeira, N. S., 2010. Breve Ensaio Sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*. [online] Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n28/n28a04.pdf> [Acedido em 29 julho 2019].
- Teixeira, N. S., 2015. Capítulo 11: Portugal. Em: M. R. Freire ed. 2015. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 355-363.
- Wendt, A., 1992. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, [online] Disponível em: <http://maihold.org/mediapool/113/1132142/data/Wendt-Anarchy.pdf> [Acedido em 25 janeiro 2020].
- Wohlforth, W. C., 2008. Realism and foreign policy. Em: S. Smith, A. Hadfield e T. Dunne, eds. 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, pp. 32-48.

BIBLIOGRAFIA PARA OS ANEXOS:

Branco, C. M., 2015. A Participação Portuguesa em Missões de Paz da ONU. *Relações Internacionais*, 47, pp. 101-126.

Estado-Maior-General das Forças Armadas – EMGFA, 2020. *Forças Nacionais Destacadas 2020: Contributos para a paz, a segurança e a estabilidade internacional*. [online] Disponível em: [https://www.emgfa.pt/Documentos/Relacionados/2020/AsmissoesdasForcasNacionaisDestacadaspara2020/documentos/Livrete%20FND's 2020 Portugu%C3%AAs.pdf](https://www.emgfa.pt/Documentos/Relacionados/2020/AsmissoesdasForcasNacionaisDestacadaspara2020/documentos/Livrete%20FND's%202020%20Portugu%C3%AAs.pdf) [Acedido em 16 fevereiro 2020].

Guarda Nacional Republicana – GNR, 2019. *Missões Internacionais*. [online] Disponível em: https://www.gnr.pt/missoes_internacionais.aspx [Acedido em 19 fevereiro 2020].

Polícia de Segurança Pública – PSP, s.d. *Missões Internacionais*. [online] Disponível em: <https://www.psp.pt/Pages/sobre-nos/psp-global/missoes-internacionais.aspx> [Acedido em 19 fevereiro 2020].

ANEXOS

ANEXO A: Informações acerca da participação de Portugal nas missões de paz, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em países do Atlântico Sul.

RESUMO DO TEXTO “A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM MISSÕES DE PAZ DA ONU”,
de Carlos Branco (2015)

Missões das Forças Armadas na ONU:

- United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM II): Esta missão tinha como objetivo “monitorizar o cumprimento do acordo de paz assinado em Bicesse, (...) verificar o cumprimento do cessar-fogo”, e “previa ainda a realização de eleições”. As Forças Armadas portuguesas enviaram quatro militares para monitorizar a realização das eleições, em 1992.
- United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III): A UNAVEM III tinha como mandato: “alcançar a reconciliação nacional; monitorizar o cumprimento do cessar-fogo, a desmobilização e o acantonamento das tropas da Unita e do Governo, e a neutralidade da Polícia Nacional Angolana; coordenar a distribuição da ajuda humanitária e as ações de desminagem; e verificar a realização do processo eleitoral”. Portugal participou de 1995 a 1997, com cerca de 600 militares.
- United Nations Observer Mission in Angola (MONUA): A MONUA sucedeu à UNAVEM III e tinha como mandato “promover a reconciliação nacional, a par da consolidação do processo de paz”. Portugal manteve-se no terreno até 1999.
- United Nations Transition Assistance Group (UNTAG): Esta missão foi estabelecida com o propósito de abrir caminho “à implementação de um plano que culminasse na independência dos territórios que se passaram a chamar Namíbia”. A ideia era promover a realização de eleições. Portugal participou com o envio de 3 militares para a “supervisão do ato eleitoral”, em 1989.
- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO): Esta foi uma operação no Saara Ocidental que tinha como missão “criar condições para levar a cabo uma transição política na região”. Contudo, isso nunca sucedeu, dadas as enormes divergências entre as partes. Portugal enviou 23 militares, com a missão de observar a operação, entre 1996 e 2001.

- United Nations Observer Mission in South Africa (UNOMSA): Esta missão teve como mandato “garantir uma transição política pacífica do país para a democracia, assegurando que as forças de segurança e as organizações políticas respeitavam os códigos de conduta estabelecidos no acordo de paz”. Além disso, as Nações Unidas apoiaram ainda a realização de eleições. Portugal enviou 5 observadores eleitorais em 1994.
- United Nations Mission in Liberia (UNMIL): O mandato desta missão relacionava-se com o apoio à “implementação de um acordo de cessar-fogo e do processo de paz; proteger os funcionários, as instalações e os civis das Nações Unidas; apoiar as ações no capítulo humanitário e dos direitos humanos, assim como na reforma do setor de segurança (...)”. “As Forças Armadas portuguesas contribuíram marginalmente com um militar”, em 2003.

Missões da Guarda Nacional Republicana (GNR) na ONU:

- United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM III): A GNR participou com “31 militares, entre 1995 e 1996”.
- United Nations Observer Mission in Angola (MONUA): A GNR participou com “93 militares, entre 1997 e 1999”.
- United Nations Mission in Liberia (UNMIL): A GNR participou com dois militares “nas funções de monitores de polícia”, que integraram a “componente de Polícia Civil (CIVPOL) da missão”.
- United Nations Operation in Côte d’Ivoire (UNOCI): Aqui, a GNR participou com dois militares na CIVPOL da missão.
- United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS): A GNR participou com dois militares nesta missão, cujo mandato se relaciona com o apoio “ao fortalecimento das instituições nacionais (...)”, “à implementação de um processo inclusivo de diálogo político e reconciliação nacional; à reforma no setor de segurança; às autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e à criminalidade organizada, assim como ao tráfico de pessoas”.

Missões da Polícia de Segurança Pública (PSP) na ONU:

- United Nations Integrated Office in Sierra Leone (UNIOSIL): Esta missão tinha como mandato “apoiar o Governo da Serra Leoa no processo de construção das instituições do Estado, na defesa dos direitos humanos e na implementação da reforma do setor de segurança”. A PSP participou com dois polícias, entre 2006 e 2008.
- United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS): A PSP participou com três elementos, entre 2010 e 2012.

Fonte: Branco, 2015.

Mais informações sobre outras missões de paz em que Portugal participou e/ou participa, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em países do Atlântico Sul:

INFORMAÇÕES RETIRADAS DOS *WEBSITES* OFICIAIS E DE DOCUMENTOS OFICIAIS DAS
FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA

Missões da Guarda Nacional Republicana (GNR) na ONU:

- United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM II).

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2019.

Missões da Polícia de Segurança Pública (PSP) na ONU:

- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO): A PSP enviou 29 elementos.

Fonte: Polícia de Segurança Pública, s.d.

ANEXO B: Informações acerca da participação de Portugal nas missões de paz, bilateralmente, em países do Atlântico Sul.

INFORMAÇÕES RETIRADAS DOS WEBSITES OFICIAIS E DE DOCUMENTOS OFICIAIS DAS
FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA

Missões das Forças Armadas:

- Iniciativa “Mar Aberto”: Esta missão localiza-se na costa ocidental africana, mais propriamente no Golfo da Guiné. A ideia é “contribuir para o esforço internacional de capacitação dos países do Golfo da Guiné, em matéria de segurança marítima e de combate às atividades ilícitas no mar”. Portugal tem, atualmente, 60 militares envolvidos nesta missão, bem como 1 navio hidrográfico.
- Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional e Marítima de São Tomé e Príncipe: Esta missão tem como fundamento “capacitar a Guarda-costeira de S. Tomé e Príncipe, apoiando a fiscalização marítima conjunta e contribuindo para o reforço da segurança marítima”. Portugal participa atualmente com 36 militares e 1 navio patrulha.
- African Maritime Law Enforcement Partnership: Esta missão tem como principal fundamento o apoio “no âmbito da iniciativa das Forças Armadas norte-americanas, as autoridades locais no desenvolvimento de capacidades de segurança marítima”. Portugal participa com 46 militares e 1 aeronave.

Fonte: Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2020.

ANEXO C: Calendarização das atividades realizadas no estágio²⁰

Atividade	Situação	Data(s)	Descrição	Coordenador(a)	Tarefa(s)
Relatório de Estágio	Realizar	11/02/2019 a 02/08/2019	Desenvolvimento do Relatório de Estágio Curricular.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr. António Paulo Duarte (coordenador de estágio na instituição). 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do relatório de estágio.
“Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz – Formar Professores na Educação para a Cidadania”	Participar na organização	Fevereiro 2019 a agosto 2019	Implementação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e Paz no sistema educativo nacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr. António Paulo Duarte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização e preparação das ações de formação; • Gestão dos materiais das ações de formação.
Reuniões do Grupo de Estudos sobre a Europa (GRE)	Participar na organização	Fevereiro 2019 a maio 2019	Reuniões sobre temáticas relacionadas com a Europa.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr.ª Isabel Nunes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento; • Apoio na acreditação dos participantes.
Seminário Internacional sobre “Proliferação e Controlo de Armamentos”	Participar na organização; Assistir	19/02/2019	Seminário acerca da proliferação e controlo de armamentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr.ª Francisca Saraiva; • Coronel Alberto Marinheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento e acreditação dos participantes; • Deslocação ao aeroporto para chegada/partida de conferencista.

²⁰ As atividades encontram-se organizadas por ordem cronológica.

Seminário Internacional “Pontes sobre o Atlântico? Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica”	Participar na organização; Assistir	27/02/2019	Seminário acerca dos desafios à segurança do Oceano Atlântico (perspetiva de Portugal e Brasil).	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr. Bruno Cardoso Reis; • Coronel Alberto Marinheiro; • Coronel Borges da Fonseca. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento e acreditação dos participantes; • Deslocação ao aeroporto/hotel para chegada/partida de conferencistas.
Reuniões do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética (GESE)	Participar na organização	Março 2019 a junho 2019	Reuniões sobre a temática da Segurança Energética.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr. Vasco Rato. • Prof. Dr. António Paulo Duarte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento; • Realização das cartas/convites enviados.
X Curso de Gestão Civil de Crises	Participar na organização; Assistir	Março 2019 a maio 2019	Curso sobre Gestão Civil de Crises.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Costa Campos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do curso; • Acreditação dos auditores do curso; • Speaker na Sessão de Encerramento; • Gestão dos materiais do curso.
Visita do CDNATO	Participar na organização	27/03/2019 a 29/03/2019	Visita a Portugal do 134º Curso Sénior do Colégio de Defesa NATO.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel João Barbas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento; • Deslocação ao aeroporto para chegada/partida dos participantes; • Acompanhamento das visitas dos participantes e cônjuges.
II Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa Nacional	Participar na organização; Assistir	29/03/2019 a 04/04/2019	II Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa Nacional, em Faro.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Marinho Pereira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização dos vários eventos realizados no âmbito das Jornadas.

Curso Intensivo de Segurança e Defesa	Participar na organização; Assistir	29/03/2019 a 04/04/2019	Curso intensivo realizado no âmbito das II Jornadas Descentralizadas da Segurança e Defesa Nacional, Faro 2019.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Marinho Pereira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na acreditação dos auditores do curso; • Apoio na organização do curso.
Conferência “O Papel das Forças Armadas no Portugal do século XXI”	Participar na organização; Assistir	02/04/2019	Conferência realizada no âmbito das II Jornadas Descentralizadas da Segurança e Defesa Nacional, Faro 2019.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Marinho Pereira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na acreditação dos participantes.
Seminário “O Mar: um Ativo Estratégico Nacional”	Participar na organização; Assistir	03/04/2019	Seminário realizado no âmbito das II Jornadas Descentralizadas da Segurança e Defesa Nacional, Faro 2019.	<ul style="list-style-type: none"> • CMG Portela Guedes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na acreditação dos participantes.
Cursos Avançados de Estudos Regionais	Participar na organização; Assistir	Abril 2019 a Maio 2019	Série de Conferências sobre a geopolítica de várias regiões do globo.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Alberto Marinheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento.
Curso de Defesa Nacional	Participar na organização	09/05/2019	Sessão de Encerramento do Curso de Defesa Nacional 2018/2019.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr.^a Isabel Nunes; • Coronel João Barbas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização da Sessão de Encerramento do CDN 2018/2019; • Apoio na acreditação dos convidados.

VI Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço	Participar na organização; Assistir	20/05/2019 a 19/06/2019	Curso sobre Cibersegurança e Ciberespaço.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel João Barbas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do curso; • Acreditação dos auditores do curso; • Deslocação ao aeroporto para chegada/partida de alguns conferencistas; • Gestão dos materiais do curso.
Colóquio Internacional – C4	Participar na organização; Assistir	27/05/2019 a 31/05/2019	Atividade com a participação do IDN (Portugal), do <i>Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional</i> (Espanha), do <i>Centre des Hautes Études Militaires</i> (França) e do <i>Centro Alti Studi per la Difesa</i> (Itália).	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr. António Paulo Duarte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento; • Apoio aos grupos de trabalho; • Deslocação ao aeroporto para chegada/partida dos participantes; • Acompanhamento da visita a Queluz.
Seminário Internacional “Thinking Today’s World”	Participar na organização; Assistir	05/06/2019	Seminário sobre temas da atualidade internacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Prof. Dr.ª Isabel Nunes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do evento e acreditação dos participantes; • Deslocação ao aeroporto para chegada/partida dos participantes.
6º Curso Intensivo de Segurança e Defesa nos Açores	Participar na organização	A decorrer em novembro de 2019	Curso intensivo sobre temáticas de segurança e defesa.	<ul style="list-style-type: none"> • CMG Portela Guedes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do curso.
XIII Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas	Participar na organização	A decorrer em setembro 2019	Curso sobre temáticas de segurança e defesa para jornalistas.	<ul style="list-style-type: none"> • Coronel Marinho Pereira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do curso. • Contacto com as instituições de ensino superior.